

Universidade Federal do Rio de Janeiro

O MODO DESCRITIVO EM REPORTAGENS: OPERAÇÕES DISCURSIVAS E
PATEMIZAÇÃO

Por

Simone Sant' Anna

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UFRJ

O MODO DESCRITIVO EM REPORTAGENS: OPERAÇÕES DISCURSIVAS E PATEMIZAÇÃO

Simone Sant' Anna

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras (Letras Vernáculas), Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Letras Vernáculas, na Área de Concentração Língua Portuguesa.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lino Pauliukonis.

Rio de Janeiro
Março de 2010

O MODO DESCRITIVO EM REPORTAGENS: OPERAÇÕES DISCURSIVAS E
PATEMIZAÇÃO

Simone Sant'Anna

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

Examinada por:

Presidente, Professora Doutora Maria Aparecida Lino Pauliukonis – Orientadora

Professora Doutora Lúcia Helena Martins Gouvêa – UFRJ

Professor Doutor Fernando Vieira Peixoto Filho – UFRRJ

Professora Doutora Márcia dos Santos Machado Vieira – UFRJ, Suplente

Professor Doutor Mario Eduardo Toscano Martelotta – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro
Março de 2010

À minha mãe, Mariná Sant'Anna, que renunciou a muitas realizações pessoais para investir na minha educação; e à minha avó, Zenith Drummond de Sant'Anna, que me ensinou desde cedo a ler e escrever as letras e o mundo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo amor, fé e sabedoria que conduziram a minha caminhada. Minha eterna gratidão.

À professora Maria Aparecida Lino Pauliukonis, orientadora, pela forma carinhosa, gentil e compreensiva com que me orientou.

Às professoras Regina Souza Gomes, Lucia Helena Martins Gouvêa, Vera Lucia Paredes, Violeta Virginia Rodrigues, Myriam Brito Corrêa Nunes e Leonor Werneck dos Santos, pelos ricos ensinamentos durante o curso de mestrado.

À amiga Giselle Toledo Esteves, pela ajuda nos momentos difíceis, por ter sido um bálsamo na minha vida pessoal e pelo auxílio nos assuntos acadêmicos.

Aos colegas de curso, pela contribuição intelectual e pessoal.

À minha mãe, pelo dom da vida e pelo investimento na minha educação. Meu eterno amor.

A todos os meus parentes e amigos que de alguma forma contribuíram para que eu fosse a pessoa que sou.

Ao grupo de pesquisa CIAD.

Ao CNPq, pela bolsa.

Sant'Anna, Simone.

O modo descritivo em reportagens: operações discursivas e patemização./ Simone Sant'Anna. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2010.

xiv, 104, f.:il.; 31cm.

Orientadora: Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/ FL/ Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 119-121.

1. Introdução 2. A Semiolinguística de Charaudeau 3. Os modos de organização e procedimentos discursivos 4. A reportagem 5. Enfoque metodológico 6. Análise das reportagens. I. Lino Pauliukonis, Maria Aparecida. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas. III. Título.

RESUMO

O MODO DESCRITIVO EM REPORTAGENS: OPERAÇÕES DISCURSIVAS E
PATEMIZAÇÃO

Simone Sant'Anna

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

A presente dissertação tem por objeto de estudo as operações discursivas, lingüísticas e os espaços de patemização como contribuição para o estudo do modo de organização descritivo e análise das funções da descrição quando inserida em textos narrativos. A pesquisa foi realizada com base na semiolinguística de Charaudeau (2009). Foi apresentada uma análise qualitativa e comparativa dos dados com ênfase no modo de organização descritivo e, mais especificamente, nos espaços de patemização. Esses espaços são responsáveis pela construção de diferentes efeitos de sentido que conferem ao texto a presença de emoções. O *corpus* foi constituído por 20 textos na modalidade escrita do gênero reportagem, sendo 10 dessas reportagens publicadas no jornal impresso *Folha de São Paulo* e 10 no jornal impresso *O Globo*. A amostra foi composta pela manchete, pelas imagens e pelo corpo do texto, apresentando temas variados. Como enfoque metodológico, observou-se a mesma matéria, publicada no mesmo dia em jornais distintos, para verificar as semelhanças e diferenças na abordagem do tema segundo cada jornal. Os resultados da análise comprovaram que, apesar de abordarem o mesmo assunto, as reportagens se diferenciam em diversos aspectos discursivos, lingüísticos e patêmicos. Foi possível identificar, descrever e explicar como esses aspectos podem contribuir para uma análise das funções dos elementos descritivos em textos predominantemente narrativos de modo a confirmar a possível distinção entre as abordagens dos jornais conferindo ao texto maior ou menor grau de objetividade e subjetividade como forma de persuadir o leitor.

Palavras-chave: semiolinguística, modos de organização do discurso, descrição, patemização, reportagem.

ABSTRACT

THE DESCRIPTIVE MOOD IN NEWS: DISCURSIVE OPERATIONS AND
PATEMIZATION

Simone Sant'Anna

Advisor: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Lino Pauliukonis

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Língua Portuguesa.

The present thesis concerns the discursive operations, linguistics operations and the elements of patemization as contribution to the study of moods of descriptive organization and to the analysis of descriptive functions in narrative texts. The research was based on semiolinguistics (Charaudeau, 2009). The qualitative and comparative analysis both emphasizes the descriptive organization mood and focuses on elements of patemization. These elements are responsible for different effects of meaning that reveal the presence of emotion in the text. This *corpus* was composed of twenty written news. Ten of them were published on Folha de São Paulo newspaper and the others were collected from O Globo. The sample, providing different topics, was composed from headline, pictures and body of the texts. The methodology focuses on analyzing the same subject, published in the same day in newspapers, to verify their similarities and differences. The results confirm that, although the subjects were about the same, the way they were written different in many aspects. It was possible to identify, to describe and to explain how such aspects can be used to analyze the functions of typical descriptive elements in narrative texts, which influences the levels of either objectivity or subjectivity in persuading readers.

Key-words: semiolinguistic, moods of discourse organization, description, patemization, news.

SINOPSE

O estudo do modo de organização descritivo em reportagens na abordagem semiolinguística do discurso. Análise do corpus de reportagens dos jornais O Globo e Folha de São Paulo, a partir dos pressupostos das operações discursivas e dos espaços de patemização, com vistas à caracterização dos estilos de cada jornal.

Mas não pode ser de outro jeito: o repórter que não for capaz de se emocionar, de chorar e se alegrar junto com os personagens de quem fala, jamais conseguirá transmitir ao leitor a realidade que encontrou. (KOTSCHO, 2007: 58).

SUMÁRIO

1. Introdução.....	15
2. A Semiologia de Charaudeau.....	18
2.1. A Semiologia.....	18
2.2. Atuação dos sujeitos no ato de linguagem.....	23
2.3. O contrato comunicativo.....	28
2.4. Os modos de organização do discurso.....	30
3. Os modos de organização e procedimentos discursivos.....	34
3.1. O modo de organização descritivo.....	34
3.2. O modo de organização narrativo.....	42
3.3. Os espaços de tematização.....	58
3.4. Os verbos de dizer.....	61
4. A reportagem.....	64
5. Enfoque metodológico.....	69
6. Análise das reportagens.....	72
6.1. Espaços de tematização.....	72
6.1.1. A tematização.....	72
6.1.2. A problematização.....	83
6.1.3. A visualização.....	95
6.2. Procedimentos lingüísticos e discursivos.....	113
6.2.1. Procedimentos para nomear.....	113
6.2.2. Procedimentos para qualificar.....	114
6.2.3. Verbos de dizer.....	116
7. Conclusão.....	117
8. Referências bibliográficas.....	119
9. Anexos das reportagens dos jornais O Globo e Folha de São Paulo.....	122

LISTA DE QUADROS E GRAFICOS

Quadro 1: O ato de linguagem.....	27
Quadro 2: Os modos de organização do discurso.....	32
Quadro 3: Procedimentos ligados à motivação intencional.....	47
Quadro 4: Procedimentos ligados à cronologia.....	48
Quadro 5: Procedimentos ligados ao ritmo.....	48
Quadro 6: Situação no tempo.....	49
Quadro 7: Localização no espaço.....	49
Gráfico 1: Percentual de denominações e indeterminações.....	113
Gráfico 2: Percentual de acúmulo de detalhes e de precisões.....	114

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: O Globo.....	72
Ilustração 2: Folha de São Paulo.....	72
Ilustração 3: O Globo.....	73
Ilustração 4: Folha de São Paulo.....	73
Ilustração 5: O Globo.....	74
Ilustração 6: Folha de São Paulo.....	74
Ilustração 7: O Globo.....	75
Ilustração 8: Folha de São Paulo.....	75
Ilustração 9: O Globo.....	76
Ilustração 10: Folha de São Paulo.....	77
Ilustração 11: O Globo.....	78
Ilustração 12: Folha de São Paulo.....	78
Ilustração 13: O Globo.....	79
Ilustração 14: Folha de São Paulo.....	79
Ilustração 15: O Globo.....	80
Ilustração 16: Folha de São Paulo.....	80
Ilustração 17: O Globo.....	81
Ilustração 18: Folha de São Paulo.....	81
Ilustração 19: O Globo.....	82
Ilustração 20: Folha de São Paulo.....	82
Ilustração 21: O Globo.....	95
Ilustração 22: Folha de São Paulo.....	96
Ilustração 23: Folha de São Paulo.....	96
Ilustração 24: O Globo.....	97
Ilustração 25: Folha de São Paulo.....	98
Ilustração 26: Folha de São Paulo.....	98
Ilustração 27: Folha de São Paulo.....	99
Ilustração 28: Folha de São Paulo.....	100

Ilustração 29: O Globo.....	101
Ilustração 30: Folha de São Paulo.....	102
Ilustração 31: Folha de São Paulo.....	103
Ilustração 32: O Globo.....	103
Ilustração 33: O Globo.....	104
Ilustração 34: Folha de São Paulo.....	104
Ilustração 35: O Globo.....	105
Ilustração 36: Folha de São Paulo.....	106
Ilustração 37: Folha de São Paulo.....	106
Ilustração 38: O Globo.....	107
Ilustração 39: O Globo.....	108
Ilustração 40: Folha de São Paulo.....	109
Ilustração 41: Folha de São Paulo.....	109
Ilustração 42: O Globo.....	110
Ilustração 43: Folha de São Paulo.....	111
Ilustração 44: Folha de São Paulo.....	112

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objeto de estudo o modo de organização descritivo. Para esse estudo foram observados elementos como os espaços de patemização, os procedimentos linguísticos para nomear, para qualificar e os verbos *dicendi*. A hipótese que norteia este trabalho é a de que esses elementos apresentem uma função descritiva quando inseridos em textos predominantemente narrativos como, por exemplo, a reportagem.

A reportagem é um tipo de discurso informativo produzido pela reelaboração discursiva de um acontecimento social que, pelo processo de transação (Charaudeau, 2008), transforma-se em um acontecimento midiático. Esse é transmitido por um gênero textual que possibilita o encontro de distintos modos de organização do discurso. Apresentam-se na reportagem todos os modos: enunciativo, descritivo, narrativo e argumentativo, que podem aparecer em todos os textos ou não. Na maioria das vezes, há predomínio do narrativo, com a presença de trechos descritivos.

Desse modo, a escolha desse gênero midiático, como *corpus* para a análise desta dissertação é extremamente relevante, pois pretende-se estudar elementos textuais que podem exercer função descritiva quando inseridos em textos que são predominantemente narrativos. Portanto, o objetivo principal desta dissertação é estudar os verbos *dicendi*, as operações discursivas como *nomear* e *qualificar*, segundo os conceitos de Patrick Charaudeau sobre os modos de organização do discurso, assim como os espaços de patemização e sua funcionalidade nos efeitos do discurso pretendidos.

A hipótese inicial constitui-se da possibilidade de um elemento do texto que, a princípio, não possui apenas função descritiva assumir essa função quando inserido em um texto predominantemente narrativo como a reportagem. A partir dessa hipótese, outras contribuíram para os questionamentos que puderam desenvolver uma análise qualitativa e comparativa dos elementos selecionados para a análise.

Uma das hipóteses refere-se à caracterização dos espaços de patemização, ou seja, de elementos desencadeadores de emoções, como a tematização, a problematização e a visualização, que podem ser considerados elementos descritivos quando inseridos em textos narrativos. Nesse caso, além de criarem diferentes efeitos de sentido também são capazes de caracterizar e até mesmo distinguir os diferentes estilos construídos pelos veículos de comunicação. Para isso, a amostra para análise foi selecionada de um *corpus* que incluiu reportagens de dois jornais: a Folha de São Paulo e O Globo. Foram observadas as mesmas matérias tratadas diferentemente nos dois jornais para confirmar a hipótese proposta.

Outra hipótese refere-se às operações discursivas para nomear e qualificar. Elementos usados para nomear como a denominação e a indeterminação são caracterizadores dos seres e dos processos. A opção de escolha por um desses elementos pelo Jornal pode ser responsável pela construção de sentido do texto caracterizando-o como mais ou menos objetivo.

Do mesmo modo, os elementos para qualificar como o acúmulo de detalhes e de precisões e a utilização de analogias podem caracterizar o estilo de um texto e também o do veículo informativo. Esses elementos, além de caracterizar e contribuir para a construção de sentidos, conferem ao texto maior ou menor grau de objetividade ou subjetividade.

Sobre os verbos *dicendi*, a hipótese surgiu de uma pesquisa feita por Gavazzi e Rodrigues (2007) que observou a atuação desses verbos em reportagens e verificou a acentuada subjetividade por parte dos autores do texto. Desse modo, há a hipótese de que esses verbos poderiam caracterizar os estilos dos textos atuando de forma descritiva.

Esta pesquisa divide-se em sete capítulos. O capítulo 2 trata dos conceitos principais de uma abordagem semiolinguística do discurso que embasam a pesquisa: o ato de linguagem e os sujeitos do discurso, o contrato comunicativo da imprensa midiática e o poder de influência do enunciador sobre o receptor/leitor. A revisão bibliográfica apresenta também conceitos sobre os modos de organização do discurso.

O capítulo 3 aborda de maneira mais específica os dois modos de organização do discurso, o descritivo e o narrativo. Apresenta os espaços de patemização e os verbos de dizer como elementos que possivelmente cumprem função desritiva.

O capítulo 4 destina-se a uma breve abordagem sobre o discurso midiático e o gênero textual reportagem. Mostra conceitos e comentários feitos por teóricos como Kotscho (2007), Lage (2006), Coimbra (2004), Charaudeau (2006) e Guimarães (1990).

O capítulo 5 apresenta o enfoque metodológico e explica os procedimentos adotados na análise, o levantamento e a constituição do *corpus* de acordo com o previsto em uma abordagem semiolinguística do discurso.

O capítulo 6 contém a análise propriamente do *corpus* com a observação de exemplos retirados das reportagens. Para finalizar, o capítulo 7 traz as conclusões gerais desta pesquisa e perspectivas para sua aplicação ao ensino de leitura e de produção textual.

Pretende-se, portanto, através do estudo das reportagens, observar os elementos linguísticos que assumem função descritiva em textos narrativos, confirmando-se as hipóteses propostas. Para tanto, parte-se de uma abordagem semiolinguística, contrapondo-se os elementos linguísticos e discursivos aos efeitos de sentido construídos por eles.

2. A SEMIOLINGUÍSTICA DE CHARAUDEAU

2.1. A Semiolinguística

A Semiolinguística é uma teoria que nasce do entrelaçamento entre teorias linguísticas e semióticas. Vale ressaltar que não se trata de uma simples junção entre teorias, mas de uma integração que se faz necessária para a reflexão sobre a linguagem. Somente ampliando a visão sobre o objeto de estudo se pode alcançar um olhar coerente que consiga analisá-lo como um todo.

O campo semiolinguístico também nasce do dialogismo Bakhtiniano que deve ser entendido como um vasto espaço de luta entre as vozes sociais no qual atuam forças centrípetas e centrífugas. Desse modo, as relações dialógicas podem ser consideradas como espaços de tensão entre enunciados.

Não se trata apenas de adicionar essas diferentes teorias, mas de integrá-las em uma mesma problemática, pois a linguagem é produzida de tal forma que é marcada pelo selo da discordância e da concordância. De um lado, a discordância que institui o sujeito falante como sujeito individual e, por outro lado, a concordância que o institui como sujeito coletivo.

Discordância/concordância, concordância/discordância cujos traços são encontrados na função polêmica e na função de elucidação da linguagem; no mecanismo que preside à formação dos falares e que explica sua diversidade; no fenômeno de criação dos signos que nascem em um uso e se constituem ao mesmo tempo em uma soma de relações de intercompreensão. Em suma, no jogo de agressão e de cumplicidade jogado pelos atores da linguagem, na afirmação de uma especificidade e de um consenso que se interpelam de forma dialética no mesmo ato linguageiro. (Charaudeau, 2008, p. 20)

Segundo Charaudeau (2008), o objeto de estudo da semiolinguística integra essas antinomias, pois o ato de linguagem não pode ser concebido de outra forma a não ser como um conjunto de atos significadores que falam o mundo através das condições e da própria instância de sua transmissão. Assim, pode se concluir que o objeto do conhecimento é o questionamento do que fala a linguagem

através do como fala a linguagem, um constituindo o outro (e não um após o outro). Isto significa que o objeto deve ser analisado dentro de um contexto. E a análise deve levar esse contexto em consideração.

No campo semiolinguístico, o mundo não é referenciado a princípio. Ele se faz através da estratégia humana de significação. Nesse sentido Charaudeau aponta para a ilusão da transparência do signo, isto é, que este não apresenta apenas um conteúdo referencial, mas valores situacionais, contextuais, o que exige a construção subjetiva do mundo como uma estratégia humana de significação. Por isso, o método seguido deverá ser duplo: elucidante do ponto de vista do como e abstratizante do ponto de vista do quê.

Logo, uma análise semiolinguística do discurso é Semiótica pelo fato de que se interessa por um objeto que só se constitui em uma intertextualidade que depende dos sujeitos da linguagem, que procuram extrair dela possíveis significantes. Do mesmo modo, uma análise semiolinguística do discurso é Linguística pelo fato de que o instrumento que utiliza para interrogar esse objeto é construído ao fim de um trabalho de conceituação estrutural dos fatos linguageiros. A análise Semiolinguística não pode separar esses dois aspectos.

O fenômeno linguageiro apresenta uma dupla dimensão que não pode ser dissociada: uma explícita e outra implícita. O problema da comunicação não se situa nem no nível do que é dito explicitamente nem no nível subjacente, ou seja, o do sentido que circula na manifestação explícita, mas, no nível dos elementos implícitos. Por isso, a finalidade do ato de linguagem não deve ser buscada apenas em sua configuração verbal, mas, no jogo que um dado sujeito vai estabelecer entre esta e seu sentido implícito. Tal jogo depende da relação dos protagonistas entre si e das suas relações com as circunstâncias de discurso que os reúnem. Ou seja, depende de uma determinada circunstância de discurso. Como análise, a expectativa é múltipla, justamente porque esse jogo é aberto, variável. Não se trata apenas de identificar um único ponto de vista sobre uma determinada hipótese, mas de perceber que existem várias outras hipóteses que podem se encadear umas as outras, fruto de diferentes pontos de vista dos atores envolvidos na comunicação.

É pela problemática em relação à comunicação que o sentido implícito comanda o sentido explícito para constituir a significação de uma totalidade discursiva. Por essa razão, a semiolinguística questiona a idéia de uma definição primeira e fora de contexto dos signos da linguagem.

Quando se procura o sentido de uma palavra, é no dicionário que vamos buscá-lo (situação fora do contexto); porém, quando se trata de significação de um texto ou de uma conversa estamos aí nos referindo ao fato de discurso (ou seja à situação de emprego). (Charaudeau, 2008, p.25)

A distinção entre sentido e significação é de extrema relevância para os estudos semiolinguísticos. E, devido a essa importância, faz-se necessário enfatizar que o sentido de uma palavra refere-se a essa palavra isoladamente e a significação de uma palavra só pode ser determinada em um contexto real de comunicação.

Sobre o posicionamento da semiolinguística em relação ao signo, vale ressaltar que a significação de um ato de linguagem é uma totalidade não autônoma, já que ela depende de filtros de saberes que a constroem, tanto do ponto de vista do Enunciador, quanto do ponto de vista do Interpretante. É, por esta razão que não se pode afirmar que o signo seja uma unidade autônoma de sentido. Entretanto, também não se pode negar que palavras detêm um sentido, mais ou menos estável, que faz com que não sejam intercambiáveis.

Para a teoria semiolinguística, o signo linguageiro se apresenta, do ponto de vista de seu sentido, sob a dupla face de uma qualificação referencial e de uma funcionalidade. A qualificação referencial resulta do valor de designação do signo que atribui uma carga semântica a uma determinada parte do mundo físico. E a funcionalidade resulta do valor de uso do signo, que depende de um determinado universo de discurso.

Logo, pode se concluir que não há “unicidade de saber”, nem “pluralidade de saber” sobre um signo (a polissemia), mas esta pluralidade existe porque estamos sempre diante de vários signos. Isto significa que o signo só se faz signo mediante o contexto no qual está inserido. Até mesmo as constantes de sentido se

constroem em razão do emprego de palavras em contextos semelhantes e em contextos diferentes.

O signo é algo complexo, que se constrói na instância linguageira em função de uma determinada expectativa discursiva. A significação, por sua vez, é uma manifestação linguageira que combina signos em função de uma intertextualidade particular e que depende de circunstâncias de discursos particulares.

Todo ato de linguagem é portador de uma dimensão implícita construída por uma atividade serial que contribui para a produção de uma determinada especificidade de sentido: a significação.

Charaudeau (2008) afirma que as constatações sobre o implícito, o explícito e suas interações podem definir o fenômeno linguageiro como algo que se constitui em um duplo movimento. Esse duplo movimento (exocêntrico e endocêntrico) define claramente a linguagem como fenômeno conflitual no qual, de um lado, a atividade serial põe em foco as tentativas que a atividade estrutural empreende para fixar o signo em um lugar definitivo de reconhecimento do sentido e, por outro lado, a atividade estrutural tenta fixar, “congelar”, o sentido comandado pela atividade serial.

O ato de linguagem pode ser representado pela equação:

$$A \text{ de } L = [\text{Explícito} \times \text{Implícito}] \text{ C de } D$$

A de L = Ato de Linguagem

C de D = Circunstância de Discurso

Os dois aspectos das condições de Produção / Interpretação do ato de linguagem são:

- a relação que o sujeito enunciador e o sujeito interpretante mantêm em face do propósito linguageiro;
- a relação que esses dois mesmos sujeitos mantêm, um diante do outro.

Nessas relações, o saber individual e o saber coletivo deslocam-se constantemente em função do deslocamento das relações interindividuais e interlocutivas. Desse modo, as denominadas circunstâncias de discurso intervêm na partilha do saber dos protagonistas da linguagem, no que diz respeito a suas práticas sociais, na condição de sujeitos coletivos.

O saber que os protagonistas da linguagem constroem sobre os diferentes propósitos contidos nas trocas comunicativas não é ligado apenas às referências ou experiências vividas por cada um deles. Esse saber depende igualmente dos saberes que tais sujeitos comunicantes supõem existir entre eles e que constituem os filtros construtores de sentido.

Para o sujeito interpretante, interpretar é criar hipóteses sobre:

- (i) o saber do sujeito enunciador;
- (ii) os pontos de vista do sujeito enunciador em relação aos seus enunciados;
- (iii) os pontos de vista do sujeito enunciador em relação ao seu sujeito destinatário.

As circunstâncias de discurso são definidas como o conjunto dos saberes supostos que circulam entre os protagonistas da linguagem, ou seja:

- saberes supostos a respeito do mundo: as práticas sociais partilhadas;
- saberes supostos sobre os pontos de vista recíprocos dos protagonistas do ato de linguagem: os filtros construtores de sentido.

A situação extralinguística faz parte das circunstâncias de discurso, figura como um ambiente material transformado em palavra através dos filtros construtores de sentido, utilizados pelos atores da linguagem. São as circunstâncias de discurso (vistas como um conjunto de saberes partilhados) que comandam o ambiente material e não o inverso.

O ato de linguagem é o resultado de uma dupla atividade: estrutural (a simbolização referencial) e serial (a significação). De um lado, temos a simbolização referencial, em seu movimento endocêntrico, que tende a unir uma forma material a um determinado conteúdo de sentido produzindo uma condensação semântico-formal. De outro lado, temos a significação, em seu movimento exocêntrico, que tende a fazer essa união irromper em uma multiplicidade de relações sentido-forma, produzindo uma disjunção semântico-formal e impedindo que se estabeleça uma correspondência fixa, termo a termo, entre os recortes da forma e os do sentido.

Assim, pode-se definir a marca linguística como parte da matéria significativa que é testemunha formal provisória de um jogo de ajustamento entre um sentido mais ou menos estável e um sentido específico cuja combinação participa da finalidade ou da expectativa discursiva do ato de linguagem.

Desse modo, cada marca linguística contribui, conforme sua combinatória, para dar um conjunto de informações sobre o actante-agente, sobre seu modo de ação, sobre o impacto que ele pode causar e, para além dessas informações, sobre o enunciador do discurso: ele pode julgar “o ato de intervenção” como: positivo, negativo, neutro ou outro.

Portanto, uma marca não é um signo, mas é a combinatória das marcas que, no contexto, faz signo.

2.2. Atuação dos sujeitos no ato de linguagem

Além do signo, outra questão importante para a semiolinguística é a que se refere ao ato de linguagem. É importante considerar que o ato de linguagem não deve ser concebido como um ato de comunicação resultante da simples produção de uma mensagem que um emissor envia a um receptor. Tal ato deve ser visto como um encontro dialético que fundamenta a atividade metalinguística de elucidação dos sujeitos da linguagem entre dois processos:

- processo de produção, criado por um EU e dirigido a um TU-destinatário;

- processo de interpretação, criado por um TU'-interpretante, que constrói uma imagem EU' do locutor.

Através desse duplo processo o ato de linguagem torna-se então um ato inter-enunciativo entre quatro sujeitos e não dois. Esse duplo circuito torna-se o lugar de encontro imaginário de dois universos de discurso que não são idênticos.

Todo ato de linguagem é, portanto, uma “aposta” que tem por alvo nosso interlocutor que pode – ou não – interpretar corretamente a mensagem que estamos querendo lhe transmitir.

Os quatro sujeitos da linguagem podem ser definidos da seguinte maneira, segundo Charaudeau (2008):

- O TUD (sujeito destinatário) é o interlocutor fabricado pelo EUE como destinatário ideal, adequado ao seu ato de enunciação. É um sujeito de fala, que depende do EUE, já que é instituído por este último. Pertence, portanto, ao ato de produção produzido pelo EUE.
- O TUI (sujeito interpretante) é um ser que age fora do ato de enunciação produzido pelo EUC. É o sujeito responsável pelo processo de interpretação que escapa, devido a sua posição, do domínio do EUC. O TUI tem por tarefa, em seu ato interpretativo, recuperar a imagem do TUD que o EUE apresentou e, ao fazer isso, deve aceitar (identificação) ou recusar (não-identificação) o estatuto do TUD fabricado pelo EUE. Soma-se a esta questão o fato de que o TUI, devido à opacidade que o liga ao EUE, pode detectar uma imagem do TUD que não corresponde à intencionalidade do EUE. O TUI é um sujeito que age independentemente do EUC, que institui a si próprio como responsável pelo ato de interpretação que produz.
- O EUE (sujeito enunciador) é um ser de fala (como o TUD) sempre presente no ato de linguagem: seja explicitamente marcado, seja apagado na configuração verbal do discurso. O EUE é uma imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor da fala (EUC) e representa seu traço de intencionalidade nesse ato de produção.

Intencionalidade. Empregamos esta palavra com um propósito preciso, pois, não se trata apenas do conjunto das intenções comunicativas plenamente concebidas e voluntariamente transmitidas. Trata-se de um conjunto de intenções que podem ser mais ou menos conscientes, mas que são todas marcadas pelo selo de uma coerência psicossociolinguageira. Não queremos reduzir o ato de linguagem a um fenômeno que se originaria de uma única intenção consciente. Queremos, ao contrário, tomá-lo em sua totalidade, isto é, o ato de linguagem é permeável aos impactos do inconsciente e do contexto sócio-histórico. Intencionalidade é diferente de intenção e equivale ao termo projeto de fala. (Charaudeau, 2008, p.48)

O EUE é um ser que existe no e pelo ato de produção-interpretação. EUE e TUD são em parte transparentes, na medida em que estão inscritos no ato de linguagem pela configuração particular desse ato. Esta transparência é apenas parcial, pois o ato de linguagem é uma totalidade que integra os sujeitos externos à configuração verbal que são EUC e TUI.

O EUE é responsável por um certo efeito de discurso produzido sobre o Interpretante. Porém, como esse efeito de discurso depende igualmente do que é TUI, é o TUI que, em compensação, constrói para si uma certa imagem do EUE. Assim, o EUE é sempre uma imagem de fala que oculta em maior ou menor grau o EUC.

- O EUC (sujeito comunicante) é, como o TUI, um sujeito agente que se institui como locutor e articulador de fala, por nós denominado sujeito comunicante. O EUC é a testemunha de um determinado real, mas de um real pertencente ao seu universo de discurso. O EUC está localizado na esfera externa do ato de linguagem, mas, é responsável por sua organização. O EUC é o iniciador-responsável pelo ato de produção e é a relação EUC-EUE que produz um certo efeito pragmático sobre o Interpretante. O EUC é sempre considerado como uma testemunha do real, mas, dentro desse “real”, depende do conhecimento que o TUI tem sobre ele.

EUE é apenas uma máscara de discurso usada por EUC. É por isso que EUC, consciente desse estado de fato, pode jogar, com finalidades estratégicas, tanto o

jogo da transparência entre EUE e EUC quanto o da ocultação de EUC por EUE. Um texto interpretado fora de suas circunstâncias de produção induz à construção de uma imagem do EU que responde às referências sócio-linguísticas de cada indivíduo. O EUE isoladamente não permite o acesso a EUC e não somos obrigados a passar por EUC para criar hipóteses sobre EUE – pois é EUE e não EUC que produz o que se pode chamar de efeito de discurso.

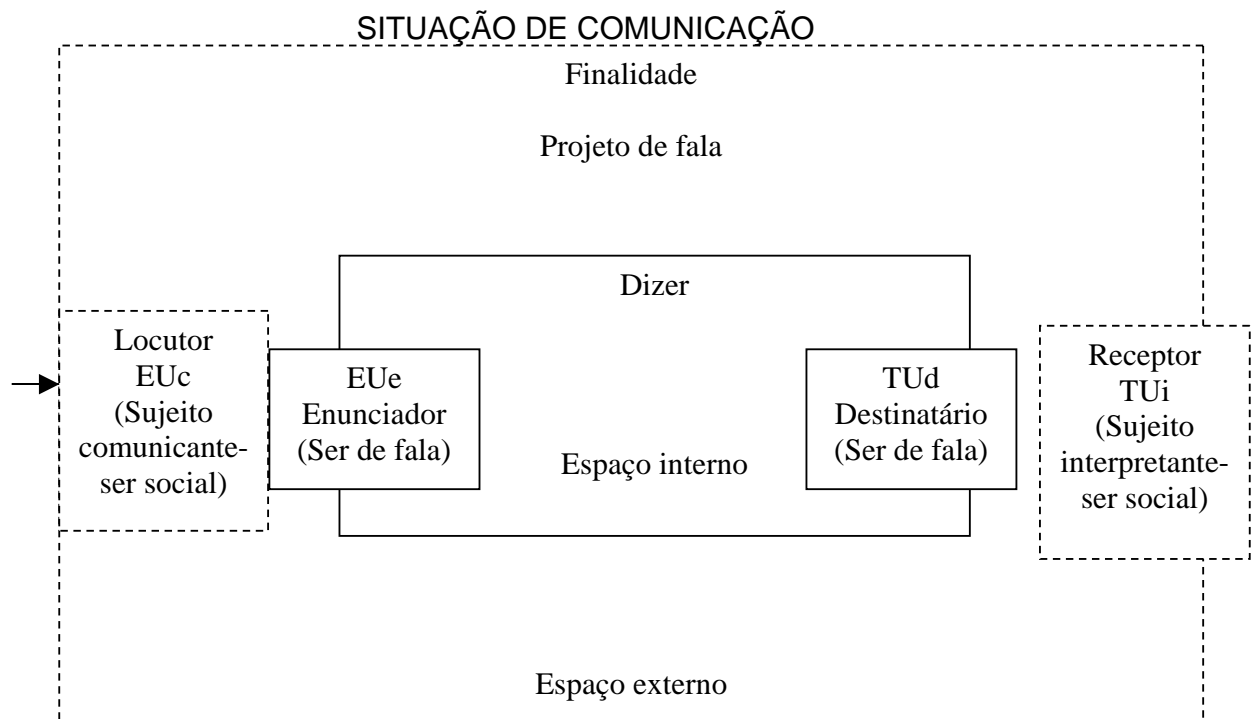
O ato de linguagem é algo que é operacionalizado pelo EUC. Isso porque, assim que identificamos quem era o sujeito comunicante, vimos que a totalidade das interpretações do grupo se modificou imediatamente.

O EUC participa da totalidade do ato de linguagem, apesar de sua posição de exterioridade em relação à configuração verbal do ato, e o conhecimento que o TUi pode ter do EUC intervém no processo interpretativo, ou seja, o EUC depende do conhecimento que TUi tem dele.

Consequentemente, todo ato de linguagem envolve n estratégias para o EUC e muitas possibilidades interpretativas para o TUi.

O ato de linguagem resulta de um jogo entre o implícito e o explícito e, por isso: (i) vai nascer de circunstâncias de discurso específicas; (ii) vai se realizar no ponto de encontro dos processos de produção e de interpretação; (iii) será encenado por duas entidades, desdobradas em sujeito de fala e sujeito agente.

Esquema de representação dos dois circuitos do ato de linguagem:



Quadro 1 – O ato de linguagem

O ato de linguagem compõe-se de dois circuitos de produção de saber: o circuito de fala configurada (espaço interno) e o circuito externo à fala configurada (espaço externo).

O mundo falado por estes sujeitos tem uma dupla representação, de acordo com a esfera em que se encontram:

- quando esse mundo é considerado no circuito de fala, corresponderá a uma representação discursiva;
- se ele for considerado no circuito externo, como testemunha do real, corresponderá a uma representação da situação de comunicação.

2.3. O contrato comunicativo

Todo ato de linguagem depende de um *Contrato* de comunicação que sobredetermina, em parte, os protagonistas da linguagem em sua dupla existência de sujeitos agentes e de sujeitos de fala (fenômeno de legitimação). Esse contrato englobante e sobredeterminante orienta o julgamento dos outros contratos e estratégias discursivas encenados por estes sujeitos.

A noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. (Charaudeau, 2009, p.56)

Contrato de comunicação pode ser definido como o ritual sociolinguageiro do qual depende o Implícito codificado (o implícito que resulta dos estatutos do EUc e do TUi e da relação imaginada que os inter-define), ou seja, o contrato é constituído pelo conjunto das restrições que codificam as praticas sociolinguageiras, lembrando que tais restrições resultam das condições de produção e interpretação (Circunstâncias de Discurso) do ato de linguagem.

Além da noção de contrato, é importante ressaltar a noção de estratégia. Essa noção repousa na hipótese de que o sujeito comunicante (EUc) concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados *efeitos* – de persuasão ou de sedução – sobre o sujeito interpretante (TUi), para levá-lo a se identificar – de modo consciente ou não – com o sujeito destinatário ideal (TUd) construído por EUc. Para fazê-lo, o EUc poderá utilizar contratos de reconhecimento, como os que acabamos de definir, mas poderá também recorrer a outros procedimentos, que oscilam entre dois pólos:

- a fabricação de uma imagem de real como lugar de uma verdade exterior ao sujeito e que teria força de lei;
- a fabricação de uma imagem de ficção como lugar de identificação do sujeito com um outro, imagem esta que constitui um lugar de projeção do imaginário desse sujeito.

Pode-se perceber, então, que comunicar é um ato que surge envolvido em uma dupla aposta ou que arte de uma expectativa concebida por aquele que assume tal ato:

(i) o “sujeito falante” espera que os contratos que está propondo ao sujeito-interpretante serão por ele bem percebidos;

(ii) e, espera também que as estratégias que empregou na comunicação em pauta irão produzir o efeito desejado.

Entretanto, toda essa encenação intencional se encontra revista e corrigida – ou pode até mesmo ser mal recebida – pelo sujeito interpretante que detecta e interpreta, à sua maneira, tais contratos e as estratégias.

Se, de um lado, o sujeito comunicante é o senhor de sua encenação, do outro lado (o da recepção propriamente dita), ocorre o contrário:

(i) o sujeito interpretante pode não dominar completamente os efeitos produzidos na instância de comunicação do sujeito comunicante; voltamos a lembrar que EUc tem controle total apenas somente sobre o destinatário, ou seja TUd;

(ii) mas, pode também ocorrer que o sujeito comunicante não seja capaz de dominar seu próprio inconsciente e deixe transparecer evidências que não estão contidas em seu ato de linguagem; em outras palavras, pode produzir, no sujeito-interpretante efeitos não previstos ou desejados;

(iii) e, por fim, cabe lembrar que, muitas vezes, o sujeito-interpretante não está totalmente consciente do contexto sócio-histórico que deu origem ao ato de comunicação, o que pode alterar, consideravelmente, sua interpretação.

Ao considerar o ato de linguagem como o encontro de dois processos que envolvem quatro protagonistas, ligados por um duplo circuito (interno e externo), somos levados a constatar que estes sujeitos se encontram por si próprios sobredeterminados pelas circunstâncias de fala que os ultrapassam.

Analisar um texto (texto é um ato de linguagem em sua configuração languageira) não é nem pretender dar conta apenas do ponto de vista do sujeito

comunicante, nem ser obrigado a só poder dar conta do ponto de vista do sujeito interpretante. O que se pretende é alcançar os possíveis interpretativos que surgem (ou se cristalizam) no ponto de encontro dos dois processos de produção e de interpretação. O sujeito analisante está em uma posição de coletor de pontos de vista interpretativos e, por meio da comparação, deve extrair constantes e variáveis do processo analisado. Sabe-se, porém, que a análise de um ato de linguagem não pode pretender dar conta da totalidade da intenção do sujeito comunicante.

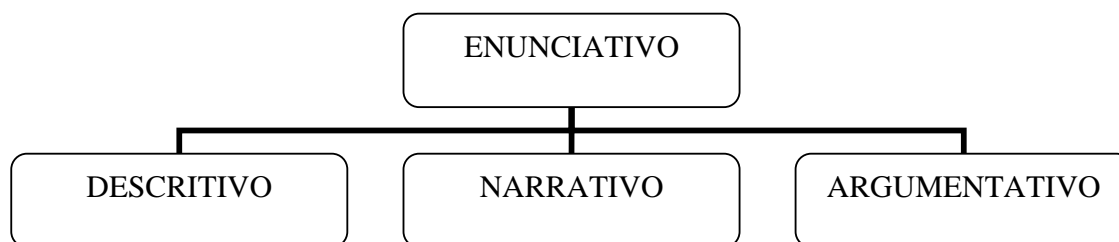
2.4. Os modos de organização do discurso

O ato de comunicação é representado como um dispositivo cujo centro é ocupado pelo sujeito falante (o locutor, ao falar ou escrever), em relação com um outro parceiro (o interlocutor). Comunicar é proceder a uma encenação. Os componentes desse dispositivo são:

- a Situação de comunicação que constitui o enquadre ao mesmo tempo físico e mental no qual se acham os parceiros da troca languageira, os quais são determinados por uma identidade (Psicológica e social) e ligados por um contrato de comunicação;
- os Modos de organização do discurso que constituem os princípios de organizaçãoda matéria linguística, princípios que dependem da finalidade comunicativa do sujeito falante: enunciar, descrever, contar, argumentar;
- a Língua que constitui o material verbal estruturado em categorias linguísticas;
- o Texto, que representa o resultado material do ato de comunicação e que resulta de escolhas conscientes (ou inconscientes) feitas pelo sujeito falante dentre as categorias da língua e os modos de organização do discurso, em função das restrições impostas pela situação.

Os textos podem ser objeto de uma categorização em gêneros e não devem ser confundidos com modos de organização, já que um mesmo gênero pode resultar de um ou de vários modos de organização de discurso e do emprego de várias categorias da língua. Quando se fala em discurso, entende-se que o texto engloba o contexto no qual está inserido. É importante diferenciar contexto de situação. Contexto, de um lado, é interno ao ato de linguagem e sempre configurado de alguma maneira, enquanto a situação, por sua vez, é externa ao ato de linguagem, embora constitua as condições de realização desse ato. Existem dois tipos de contexto, o linguístico e o discursivo. O contexto linguístico designaria então a vizinhança verbal de uma determinada palavra, podendo variar em dimensão. Já o contexto discursivo designaria os atos de linguagem existentes numa determinada sociedade e que intervêm na produção / compreensão do texto a interpretar.

Os procedimentos que consistem em utilizar determinadas categorias de língua para ordená-las em função das finalidades discursivas do ato de comunicação podem ser agrupadas em quatro modos de organização: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Cada um desses modos de organização possui uma função de base e um princípio de organização. A função de base corresponde à finalidade discursiva do projeto de fala do locutor. E o princípio de organização é duplo para o descritivo, o narrativo e o argumentativo, pois entende-se que o modo enunciativo tem uma função particular na organização do discurso. Por um lado, sua vocação essencial é dar conta da posição do locutor com o interlocutor, a si mesmo e aos outros – o que resulta na construção de um aparelho enunciativo; por outro lado, e em nome dessa mesma vocação, esse modo intervém na encenação de cada um dos três outros modos de organização. É por isso que se pode dizer que este modo comanda os demais, razão pela qual será tratado em primeiro lugar. Com efeito, cada um desses modos propõe, ao mesmo tempo: uma organização do “mundo referencial”, o que resulta em lógicas de construção desses mundos (descritiva, narrativa, argumentativa); e uma organização de sua “encenação” (descritiva, narrativa, argumentativa).



Quadro 2 – Os modos de organização do discurso

A encenação discursiva (“mise-em-scène”) é o espaço de conflito e tensão no qual os circuitos (interno e externo) da linguagem dialogam e interagem diante de uma situação de comunicação.

O locutor, mais ou menos consciente das restrições e da margem de manobra proposta pela situação de comunicação, utiliza categorias da língua ordenadas nos modos de organização do discurso para produzir sentido, através da configuração de um texto. Assim, fala-se ou escreve-se organizando o discurso em função de sua própria identidade, da imagem que se tem de seu interlocutor e do que já foi dito.

O texto, portanto, é a manifestação material da encenação de um ato de comunicação, numa situação dada, para servir ao projeto de fala de um determinado locutor. E, os gêneros textuais tanto podem coincidir com um modo de discurso que constitui sua organização dominante quanto resultar da combinação de vários desses modos.

O modo de organização enunciativo não deve ser confundido com a situação de comunicação. No enunciativo, o foco está voltado para os protagonistas, seres de fala, internos à linguagem. Esse modo também não deve ser confundido com a modalização.

O enunciativo é uma categoria de discurso que aponta para a maneira pela qual o sujeito falante age na encenação do ato de comunicação, embora modalização e enunciativo estejam intimamente ligados, tal como ocorre entre ação e o narrativo, de um lado, e a qualificação e o descritivo, de outro.

No âmbito da análise do discurso o verbo enunciar se refere ao fenômeno que consiste em organizar as categorias da língua, ordenando-as de forma a que dêem conta da posição que o sujeito falante ocupa em relação ao interlocutor, em relação ao que ele diz e em relação ao que o outro diz. Isso permite distinguir as três funções do modo enunciativo:

- estabelecer uma relação de influência entre locutor e interlocutor num comportamento alocutivo;
- revelar o ponto de vista do locutor, num comportamento elocutivo;
- retomar a fala de um terceiro, num comportamento delocutivo.

Os procedimentos da construção enunciativa são de duas ordens:

- ordem linguística: procedimentos que explicitam os diferentes tipos de relações do ato enunciativo, através dos processos de modalização do enunciado.
- ordem discursiva: procedimentos que contribuem para pôr em cena os outros modos de organização do discurso (descritivo, narrativo, argumentativo).

Na encenação descritiva, eles são abordados nos diferentes efeitos de saber, de realidade / ficção, de confiança e de gênero. São esses diferentes efeitos discursivos que este trabalho pretende apresentar através da análise do modo de organização descritivo tendo como base a sua utilização em textos narrativos.

3. OS MODOS DE ORGANIZAÇÃO E PROCEDIMENTOS DISCURSIVOS

3.1. O modo de organização descritivo

Segundo Charaudeau (2009), a organização descritiva apresenta alguns problemas. O primeiro deles é a confusão frequente entre o que é de ordem descritiva e o que é de ordem narrativa. Uma das causas dessa confusão deve-se ao fato de que um texto pode, por exemplo, descrever ações já realizadas o que acarreta certa dificuldade na identificação da natureza descritiva ou narrativa desse texto. Outro problema é a confusão entre a finalidade de um texto e o seu modo de organização. Um trecho de um texto pode se inscrever no modo de organização descritivo, enquanto o texto como um todo pode apresentar outra finalidade além de uma pura descrição. Isso mostra que um texto é sempre heterogêneo, do ponto de vista de sua organização. Desses problemas surgiu a necessidade de tratar a questão do descritivo em três níveis distintos:

- A situação de comunicação que se define em termos de contrato e determina uma finalidade ao texto dela resultante.
- O modo de organização do discurso que utiliza, em seu fazer, categorias da língua.
- O gênero de texto que extrai sua finalidade dos interesses em jogo na situação de comunicação.

O terceiro problema diz respeito à relação língua / texto. As categorias da língua não são, enquanto tais, operatórias para determinar um modo de discurso. Pode-se dizer que as marcas que compõem um texto constituem, em combinação com as marcas de outras categorias, os traços de uma possível caracterização discursiva.

Além disso, pode haver uma certa confusão entre os termos 'descritivo' e 'descrição'. O termo descritivo é utilizado para definir um procedimento discursivo, o modo de organização do discurso. E o termo descrição para definir um texto que

se apresenta explicitamente como tal. Portanto, a descrição é um resultado e o descritivo é um processo.

Algumas considerações importantes:

- O descritivo pode ser combinado com o narrativo e o argumentativo no âmbito de um mesmo texto;
- Um texto pode ser organizado de maneira descritiva, ora em parte, ora em sua totalidade;
- O descritivo é um modo de organização que pode intervir tanto em textos literários quanto em textos não-literários.

O autor salienta ainda que descrever consiste em ver o mundo com um olhar parado que faz existir os seres ao nomeá-los, localizá-los e atribuir-lhes qualidades que os singularizam. Do mesmo modo, descrever está estreitamente ligado a contar, pois as ações só têm sentido em relação às identidades e às qualificações de seus actantes. Conseqüentemente, o descritivo não se contenta somente em servir ao narrativo, mas dá sentido a este último.

O descritivo é um modo de organização que conta com três tipos de componentes, os quais são, ao mesmo tempo, autônomos e indissociáveis: nomear, localizar-situar e qualificar.

Primeiramente, nomear é dar existência a um ser através de uma dupla operação: perceber uma diferença na continuidade do universo e simultaneamente relacionar essa diferença a uma semelhança, essa operação constitui o princípio de classificação.

Como essa percepção e essa classificação dependem do sujeito que percebe, o autor evitou considerar que o mundo seja pré-recortado e que bastaria descobri-lo enquanto tal: considerou que é o sujeito que constrói e estrutura a visão do mundo. Por isso, nomear não corresponde a um simples processo de etiquetagem de uma referência pré-existente. Nomear é uma atividade que se interessa pelos seres enquanto tais, e as classificações que os organizam se

apresentam como agrupamentos em constelações em torno de núcleos que constituem seu ponto de referência.

Desse modo, a atividade descritiva se inscreve sempre numa finalidade comunicativa que fornece, e até mesmo impõe, seu quadro de pertinência.

Descrever consiste, então, em identificar os seres do mundo cuja existência se verifica por consenso. No entanto, essa identificação é limitada, e mesmo coagida pela finalidade das situações de comunicação nas quais se inscreve, e relativizada, tornando-se até mesmo subjetiva, pela decisão do sujeito descritor.

Outro componente importante do modo de organização descritivo é Localizar-situar que consiste em determinar o lugar que um ser ocupa no espaço e no tempo e, por um efeito de retorno, atribuir características a este ser na medida em que ele depende, para a sua existência, para a sua função, ou seja, para a sua razão de ser, de sua posição espaço-temporal.

Essa localização-situação aponta para um recorte objetivo do mundo, mas sem perder de vista que esse recorte depende da visão que um grupo cultural projeta sobre esse mundo.

E, finalmente, qualificar é reduzir a infinidade do mundo, construindo classes e subclasses de seres. A qualificação atribui um sentido particular a esses seres, e isto de maneira mais ou menos objetiva. De fato, toda qualificação tem origem no olhar que o sujeito falante lança sobre os outros seres e o mundo, testemunhando, então, sua subjetividade.

A descrição pela qualificação pode ser considerada a ferramenta que permite ao sujeito falante satisfazer seu desejo de posse do mundo: é ele que o singulariza, que o especifica, dando-lhe uma substância e uma forma particulares, em função da sua própria visão das coisas, visão essa que depende não só de sua racionalidade, mas também de seus sentidos e sentimentos.

Entretanto, os sujeitos falantes são seres que vivem em coletividade, compartilhando as normas da prática social. Essas normas contribuem igualmente para regulamentar as relações entre os seres e suas qualidades. Há as normas relativas aos sentidos que não são evidentemente as mesmas em todas as

sociedades; há também as normas funcionais: para que servem os objetos, qual é sua finalidade pragmática, por que eles possuem tal ou tal qualidade.

Qualificar é, então, uma atividade que permite ao sujeito falante manifestar o seu imaginário, individual e/ou coletivo, imaginário da construção e da apropriação do mundo num jogo de conflito entre as visões normativas impostas pelos consensos sociais e as visões próprias ao sujeito.

O descritivo serve essencialmente para construir uma imagem atemporal do mundo. Realmente, a partir do momento em que os seres do mundo são nomeados, localizados e qualificados, é como se eles fossem impressos numa película para sempre.

O descritivo se expande fora do tempo. Isso explica por que o presente e o imperfeito são os tempos privilegiados da descrição. Descrever fixa imutavelmente lugares (localização) e épocas (situação), maneiras de ser e de fazer das pessoas, assim como as características dos objetos.

Os procedimentos de configuração da descrição são utilizados de maneira ao mesmo tempo livre e não-arbitrária. São utilizados de maneira não-arbitrária, porque toda descrição está sempre relacionada com os outros modos de organização, e porque sem ser totalmente dependente, ela adquire sentido em função destes outros modos.

Mas, ao mesmo tempo, são utilizados de maneira livre, porque o descritivo é um modo de organização que não se fecha, em si, por uma lógica interna, como os outros modos. Isso explica porque é possível fazer o resumo de um relato ou de uma argumentação, e não de uma descrição. Apesar da existência de algumas regularidades discursivas, não existe percurso obrigatório para a construção do descritivo.

Os procedimentos discursivos são representados através de três componentes distintos: o componente nomear, o componente localizar e o componente qualificar. O componente nomear é aquele que faz com que um “ser seja”, suscitando procedimentos de identificação. O componente localizar faz com que um “ser esteja”, suscitando procedimentos de construção objetiva do mundo. E,

por fim, o componente qualificar faz com que um “ser seja alguma coisa”, suscitando procedimentos de construção ora objetiva, ora subjetiva do mundo.

Os procedimentos de construção subjetiva do mundo consistem em permitir ao sujeito falante descrever ao seres do mundo e seus comportamentos através de sua própria visão, a qual não é necessariamente verificável.

Esse imaginário pode ser construído de duas maneiras:

- Como o resultado de uma intervenção pontual do narrador a propósito da descrição do mundo. Essa intervenção deixa transparecer os sentimentos, os afetos e as opiniões do sujeito descritor, a tal ponto que, às vezes, o mundo descrito pode se confundir com os estados de alma daquele que descreve. Trata-se, nesse caso, de descrição subjetiva.
- Como construção de um mundo mitificado pelo narrador, o qual existe de maneira unificada no âmbito de um imaginário simbólico. Esse imaginário simbólico pode estar ancorado em uma certa realidade ou fora desta, e abrir-se para o irracional. Neste último caso, trata-se de descrição ficcional.

Além dos procedimentos discursivos é de suma relevância destacar também os procedimentos linguísticos:

Para nomear:

O uso das seguintes categorias de língua que têm por efeito conferir existência aos seres:

- Denominação – nomes comuns ou próprios
- Indeterminação – se opõe ao processo de denominação
- Atualização – artigos
- Dependência – possessivos
- Designação – demonstrativos
- Quantificação – quantificadores

- Enumeração – dêiticos, artigos ou nomes

Para localizar-situar:

Uso de categorias de língua que têm por efeito fornecer ao relato um enquadre espaço-temporal, jogando essencialmente com a precisão, o detalhe e a identificação dos lugares e da época de um relato.

- Advérbios
- Locuções adverbiais
- Datas
- Nomes próprios de lugares

Categorias de língua que deixam os lugares e o tempo incertos, vagos, sem identificação particular, porque o relato não se ancora em uma realidade específica, mas coloca em cena destinos e arquétipos, que são intemporais.

- Advérbios
- Locuções adverbiais
- Nomes comuns de lugares acompanhados de pronomes indefinidos

Para qualificar:

O uso da categoria da qualificação que, associada a outras, permite construir uma visão objetiva ou subjetiva do mundo, e produzir efeitos de realidade/ ficção. Essa atividade se exerce, a propósito da descrição dos seres humanos, em seu aspecto físico, gestual, de indumentária, em suas posturas, gostos, identidades, manias, comportamentos, palavras, os objetos que possuem etc. ; e aos seres conceituais ou a fenômenos que são objeto de definições.

Destacam-se as categorias seguintes:

- Acumulação de detalhes e de precisões – de tipo factual sobre as maneiras de ser e de fazer, às vezes com recursos a termos

especializados, mais ou menos técnicos, acompanhados de definições como num texto científico, com o objetivo de produzir um efeito de coerência realista.

- Utilização de analogia – do procedimento que consiste em pôr em correspondência os seres do universo e as qualidades que pertencem a âmbitos diferentes. Essa analogia pode ser: explícita, pelo emprego de termos de comparação; ou implícita, pelo aspecto de transferência de sentido que, às vezes, antropomorfizam seres não-humanos.

A encenação descritiva é ordenada pelo sujeito falante, o qual se torna um descritor (do mesmo modo que o relato é ordenado por um narrador).

O descritor pode intervir de maneira explícita ou não, e em todos os casos ele produz um certo número de efeitos, entre os quais: o efeito de saber, os efeitos de realidade e de ficção, o efeito de confiança, o efeito de gênero.

Charaudeau (2009), ressalta que só se trata aqui de efeitos possíveis (o leitor real pode não percebê-los) e que eles não são todos decorrentes de uma intenção perfeitamente consciente da parte do sujeito descritor.

O efeito de saber pode produzir-se toda vez que o descritor procede a uma série de identificações e de qualificações que, presumivelmente, o sujeito leitor não conhece.

Ele fabrica para si uma imagem de descritor sábio que conheceria o mundo até os seus mínimos detalhes e que utiliza esse conhecimento para trazer a prova da veracidade de seu relato ou de sua argumentação.

Os efeitos de realidade e de ficção devem ser tratados em conjunto, visto que o fenômeno de alternância entre esses dois modos de visão do mundo é que constitui o principal interesse de muitos relatos.

Esses efeitos constroem uma imagem dupla de narrador-descritor, a qual ora é exterior ao mundo descrito, ora é parte interessada em sua organização.

O efeito de confiança procede de uma intervenção explícita ou implícita do descritor, que é levado a exprimir sua apreciação pessoal. Assim, o dispositivo

enunciativo da descrição é modificado com a ajuda de parênteses, traço de união, reflexões de caráter geral, comparações etc.

O descritor pode manifestar-se de diferentes maneiras:

- Revelando reflexões pessoais
- Interpelando diretamente o leitor
- Chamando o leitor a compartilhar uma reflexão que o narrador faz consigo mesmo
- Organizando o seu discurso de tal maneira que parece compartilhar com seu leitor
- Procedendo à negação de algumas qualificações antes de afirmar outras

O efeito de gênero resulta do emprego de alguns procedimentos de discurso que são suficientemente repetitivos e característicos de um gênero para tornar-se o signo deste.

Alguns textos jornalísticos começam o relato de um acontecimento de atualidade com frases mais ou menos estereotipadas, destinadas a produzir um efeito de gênero policial, realista, fantástico etc.

Mas, é possível que esse efeito apareça por não conformidade, ou seja, por deslocamento das normas de descrição impostas por alguns gêneros.

Os procedimentos de composição dizem respeito à organização semiológica geral do texto descritivo, construído pelo sujeito que descreve. Eles permitem interrogar-se sobre os limites da extensão de uma descrição, sobre a disposição gráfica de seus elementos, ou sobre sua ordenação.

A extensão descritiva depende da finalidade a que o texto se propõe: informar, contar ou explicar. A extensão da descrição para informar dependerá, ao mesmo tempo, da quantidade de informação a transmitir, do suporte material que lhe serve de vetor e do tipo de destinatário ao qual se dirige.

A extensão da descrição para contar dependerá das exigências ligadas à dramatização do relato, a qual dependerá das regras do gênero em vigor.

E, por fim, a extensão da descrição para explicar será limitada pelas exigências do recurso argumentativo.

3.2. O modo de organização narrativo

Segundo Charaudeau (2009), o modo de organização narrativo é delicado de tratar. É importante não confundir gênero textual e modo de organização do discurso. Não se trata de elaborar uma tipologia dos textos narrativos, mas de pôr em evidência os componentes e os procedimentos de um modo de organização cuja combinação deve permitir compreender melhor as múltiplas significações de um texto particular.

Contar é fazer a descrição de uma sequência de ações, mas não necessariamente uma narrativa. Para que haja narrativa, é necessário um “contador”, investido de uma intencionalidade. Para que uma sequência de acontecimentos contados se transforme em narrativa, é preciso inventar-lhe um contexto.

A sucessão de ações precedentemente descrita poderá tornar-se uma sequência narrativa.

Contar não é somente descrever uma sequência de ações, de fatos ou acontecimentos. Contar representa uma busca constante e infinita; a da resposta às perguntas fundamentais que o homem se faz: “quem somos? Qual é a nossa origem? Qual é nosso destino?” dito de outro modo: “qual é a verdade de nosso ser?”

Contar é uma atividade linguageira cujo desenvolvimento implica uma série de tensões e até mesmo de contradições.

Contar é uma atividade posterior à existência de uma realidade que se apresenta necessariamente como passada, e, ao mesmo tempo, essa atividade tem a propriedade de fazer surgir, em seu conjunto, um universo, o universo contado, que predomina sobre a outra realidade, a qual passa a existir somente através desse universo.

Essa tensão manifesta-se nas narrativas por intermédio de procedimentos que realizam efeitos discursivos de realidade e de ficção.

Contar corresponde efetivamente à busca da “impossível captura de sua unidade” como diria G. Bataille; busca que se realiza em meio a uma tensão entre o imaginário de uma realidade fragmentada e particular e o de uma idealização homogênea e universal.

As narrativas podem transitar entre esses dois imaginários, como se pode ver tanto na literatura romanesca quanto em certos gêneros jornalísticos.

Esses imaginários nos permitem compreender o que está em jogo na narrativa: “como construir um universo contado entre realidade e ficção”.

A narrativa é uma totalidade, o narrativo um de seus componentes. A narrativa corresponde à finalidade do “que é contar?”, e para fazê-lo, descreve, ao mesmo tempo, ações e qualificações, isto é, utiliza os modos de organização do discurso que são o narrativo e o descritivo. É preciso, então, não confundir narrativa e modo narrativo (ou descritivo), a primeira englobando os outros dois.

Descritivo e narrativo distinguem-se pelo tipo de visão do mundo que constroem e pelos papéis desempenhados pelo sujeito que descreve ou narra.

O descritivo faz-nos descobrir um mundo que se presume existir como um estar-aí que se apresenta como tal, de maneira imutável. O narrativo, ao contrário, leva-nos a descobrir um mundo que é construído no desenrolar de uma sucessão de ações que se influenciam umas às outras e se transformam num encadeamento progressivo.

Eis porque se pode dizer que o descritivo organiza o mundo de maneira taxionômica, descontínua e aberta, enquanto o narrativo organiza o mundo de maneira sucessiva e contínua, numa lógica cuja coerência é marcada por seu próprio fechamento.

O sujeito que descreve desempenha os papéis de observador, de sábio, de alguém que descreve.

O sujeito que narra desempenha essencialmente o papel de testemunha que está em contato direto com o vivido, isto é, com a experiência na qual se assiste a como os seres se transformam sob o efeito de seus atos.

Quanto ao princípio de organização, o discurso construído pelo descritivo mantém-se integralmente na sua manifestação, na sua superfície “descritora”. Não obedece a nenhum princípio de fechamento, nem de lógica sintática além daquela que lhe é imposta pelo que lhe é exterior.

Ao contrário, o discurso construído pelo narrativo dá-se em dois níveis: uma estrutura lógica subjacente à manifestação, espécie de espinha dorsal da narrativa, e uma superfície semantizada que se baseia na estrutura lógica e, ao mesmo tempo, joga com ela, a ponto de transformá-la. Esse discurso obedece a um princípio de fechamento e de lógica sintática que permite fazer operações de redução ou de amplificação em torno da espinha dorsal narrativa.

O modo de organização narrativo se caracteriza por uma dupla articulação:

- A organização da lógica narrativa – construção de uma sucessão de ações segundo uma lógica que vai constituir a trama de uma história.
- A organização da encenação narrativa – realização de uma representação narrativa, isto é, daquilo que faz com que essa história, e sua organização acional, se torne um universo narrado.

A organização da lógica narrativa está voltada para o mundo referencial, mas é preciso não considerá-la como fonte primeira nem estrutura universal do universo contado; ela é o resultado da projeção sobre um plano (a história) de algumas das constantes da manifestação semântica da narrativa, que permite descobrir por contraste os procedimentos de encenação narrativa.

Essa organização lógico-narrativa, cujos componentes e procedimentos é possível descrever, será considerada como um pretexto e não como um fim.

A encenação narrativa constrói o universo narrado propriamente dito, sob a responsabilidade de um sujeito narrante que se acha ligado por um contrato de comunicação ao destinatário da narrativa. Esse sujeito age ao mesmo tempo sobre a configuração da organização lógico-narrativa e sobre o modo de enunciação do universo narrado jogando com sua própria presença.

O modo de organização narrativo é concebido como uma mecânica cujos componentes serão descritos sem prejudicar os efeitos que suas combinações poderiam produzir num texto particular.

Assinale-se que um texto é o resultado de uma combinação de múltiplos fatores de naturezas diversas que se situam além dos sistemas da língua.

Os componentes da lógica narrativa são de três tipos:

- Os actantes, que desempenham papéis relacionados à ação da qual dependem.
- Os processos, que unem os actantes entre si, dando uma orientação funcional à sua ação.
- As sequências, que integram processos e actantes numa finalidade narrativa segundo certos princípios de organização.

Os processos e funções narrativas assemelham-se aos processos expressos pelas categorias de língua, mas deve-se salientar que Charaudeau refere-se aqui às categorias de organização do discurso.

Os processos podem ser considerados como a semantização das ações em relação com sua narrativa. As funções narrativas estão em estreita relação com os papéis narrativos dos actantes, que se determinam reciprocamente.

Sobre as sequências e seus princípios de organização, é preciso destacar que a lógica narrativa é concebida da seguinte maneira:

- Uma sucessão de acontecimentos ligados por uma relação de solidariedade tal que cada um pressupõe os outros em uma estrutura que se deve imaginar intemporal. É por essa razão que esses acontecimentos se organizam segundo um princípio de coerência.
- A narrativa só tem sentido por estar relacionada a um encadeamento de motivos dirigidos a um fim, o qual se inscreve num projeto humano. É por essa razão que os acontecimentos se definem segundo um princípio de intencionalidade.
- Essas ações ou acontecimentos reagrupam-se em sequências, as quais se ordenam segundo um princípio de encadeamento.

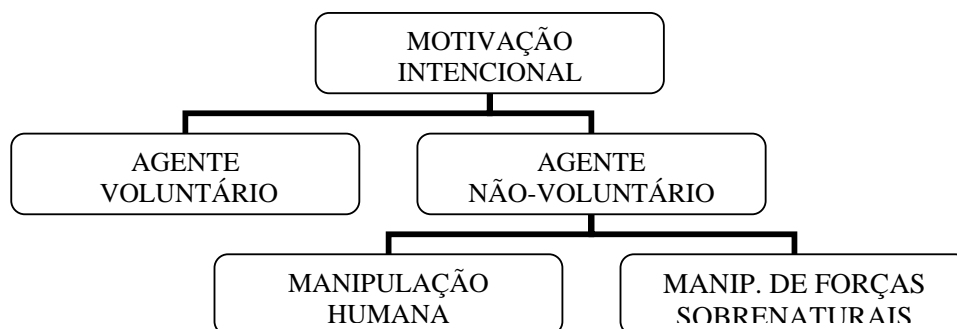
- Enfim, essa sucessão de acontecimentos coerente e motivada deve poder ocorrer num enquadramento espaço-temporal, segundo um princípio de localização.

A configuração narrativa é o resultado de um processo de encenação da lógica narrativa. Para descrever a lógica narrativa, postulou-se a intemporalidade de seus componentes e de sua estrutura. A configuração narrativa, ao contrário, leva em conta especificidades semânticas que vêm preencher os arquétipos da trama narrativa para convertê-la em uma verdadeira história contada, a qual será sempre singular.

A passagem da lógica narrativa intemporal à organização particular de uma configuração é assegurada por procedimentos que conduzem aos diferentes princípios de organização já descritos: de intencionalidade, de coerência, de encadeamento e de localização.

Charaudeau salienta que a postulação de intemporalidade da estrutura narrativa permite igualmente considerar que esta pode ser configurada em diferentes materiais semiológicos, cada um utilizando os procedimentos de configuração de uma maneira que lhe é própria.

Os procedimentos ligados à motivação intencional incidem sobre os princípios de coerência e de intencionalidade. Consistem em atribuir ao agente de uma sequência narrativa uma intenção de agir (agente voluntário) ou, ao contrário, uma ausência de intenção (agente não voluntário), caso em que pode agir sob a influência (manipulação) de um outro agente que poderá ser humano (manipulação humana) ou não humano, quando este último é dotado de um poder tal que possa influenciar o actante em questão, sem que este o saiba (manipulação sobrenatural):

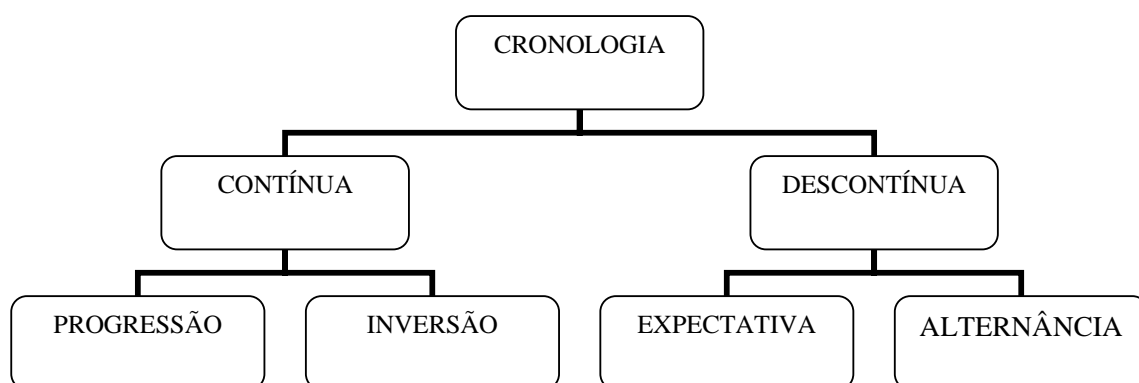


Quadro 3 - Procedimentos ligados à motivação intencional

Os procedimentos ligados à cronologia obedecem ao princípio de encadeamento. Consistem em agir sobre a ordem e as relações de causalidade das sequências entre si.

Quando o encadeamento das sequências é apresentado de maneira contínua, estas sucedem-se de modo progressivo (cronologia em progressão) ou de modo invertido (cronologia de inversão).

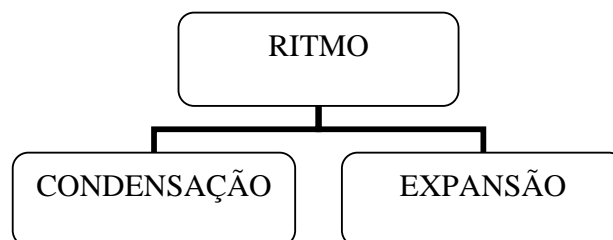
Quando o encadeamento das sequências é apresentado de maneira descontínua, a sucessão das sequências pode ser interrompida por uma descrição (em expectativa) ou pelo desenvolvimento de uma outra série de sequências (em alternância).



Quadro 4 – Procedimentos ligados à cronologia

Procedimentos ligados ao ritmo obedecem igualmente ao princípio de encadeamento. Concernem ao que G.Genette (*apud* Charaudeau 2009) chama de “variações de ritmo de um texto narrativo”, ou seja, o fato de que a sucessão das seqüências e ações que aí se acham incluídas se desenrolam ora rapidamente, ora lentamente, ora de forma condensada, ora de forma alongada.

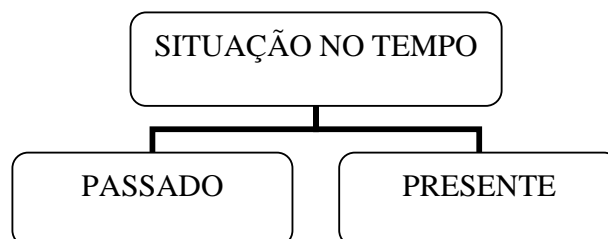
Essas variações estão agrupadas em torno de dois procedimentos: a condensação e a expansão.



Quadro 5 - Procedimentos ligados ao ritmo

Procedimentos ligados à localização espaço-temporal dependem do princípio de localização e concernem à:

- Situação no tempo: a oposição “ações situadas no passado / ações situadas no presente” produz efeitos de narrativa. Efeito de ficção histórica quando a ação é situada no passado, e efeito de ficção autobiográfica ou de atualidade (verdadeira ou falsa) quando é situada no presente.



Quadro 6 – Situação no tempo

- Localização no espaço: é um procedimento que constrói oposições entre “ações localizadas num espaço fechado / ações localizadas num espaço aberto” e entre “ações que manifestam um deslocamento no espaço / ações que manifestam uma fixação no espaço” e que produzem efeitos de cena, de clima, de atmosfera.



Quadro 7 – Localização no espaço

Quem conta (uma história) não é quem escreve (um livro) nem quem é (na vida). Dito de outra forma, embora aparentemente seja uma mesma pessoa, como na autobiografia, não se pode confundir o indivíduo, ser psicológico e social, o autor, ser que escreveu, por exemplo, um romance, e o narrador, “ser de papel” que conta uma história.

A mesma observação pode ser feita a propósito do leitor: não se pode confundir tal indivíduo com o leitor real em que ele se torna e ao qual é pedido um mínimo de competência de leitura; nem este leitor real com o leitor, “ser de papel”, que se acha implicado como destinatário de uma história contada por um narrador.

Toda narrativa depende, portanto, de uma encenação narrativa, a qual, assim como a comunicação em geral, articula dois espaços de significação:

- Um espaço externo ao texto (extratextual), onde se encontram os dois parceiros da troca languageira: o autor e o leitor “reais”. Os dois sujeitos, cujo objeto de troca é o texto – como coisa escrita ou dita -, são seres de identidade social. Eles correspondem ao sujeito falante e ao sujeito receptor-interpretante do dispositivo geral da comunicação.

- Um espaço interno ao texto (intratextual), onde se acham os dois sujeitos da narrativa: o narrador e o leitor-destinatário. Estes dois sujeitos, cujo objeto de troca é uma forma particular de texto, são seres (de papel) de identidade discursiva. Eles correspondem ao enunciador e ao destinatário do “dispositivo geral da comunicação”.

O dispositivo da encenação narrativa compreende, por conseguinte, quatro sujeitos ligados dois a dois de maneira não simétrica, mas ligados igualmente entre si de um espaço a outro, podendo estar presentes numa mesma narrativa, de maneira explícita ou implícita e sob diferentes formas.

Os parceiros e protagonistas da encenação narrativa podem aparecer sob a forma de autor/leitor real ou narrador/leitor-destinatário.

O autor pode ter dois tipos de identidade:

- A identidade de um indivíduo que vive e age na vida social, tem uma personalidade própria, conhece experiências individuais e coletivas como participante do mundo das práticas sociais.
- A identidade de um indivíduo que desempenha um papel social particular, o de escritor. Na condição de escritor, ele tem um projeto de escritura, o qual depende das experiências individuais e coletivas que ele conheceu como escritor, no mundo das práticas da escritura (literária ou não).

O narrador é um ser de papel (ou de fala) que existe no mundo da história contada. Não tem, portanto, outra identidade a não ser aquela, anônima, que lhe confere o papel de sujeito que conta.

Entretanto, pode desempenhar esse papel de dois modos distintos, apresentando-se como um historiador ou um contador:

- Um historiador que organiza a representação da história contada da maneira mais objetiva possível, mais próxima dos fatos da realidade, utilizando arquivos, testemunhos e documentos. Será chamado de narrador-historiador.
- Um contador que organiza a história contada como pertencente a um mundo inventado, criado por seu organizador, em relação com todos os

outros mundos inventados; um mundo que não aceita outros códigos e outras leis além daqueles da ficção. Será chamado narrador-contador, dando-se ao termo “contador” um sentido amplo, e não aquele, restrito, particular ao conto oral.

Os procedimentos de configuração da encenação narrativa manifestam os componentes que integram o dispositivo da encenação narrativa.

Esses procedimentos dizem respeito à identidade, ao estatuto e aos pontos de vista do narrador textual.

Os procedimentos de cada um desses aspectos da narrativa estão em estreita relação, já que todos dependem do narrador. Isso explica por que toda modificação sofrida por um desses aspectos no decorrer da narrativa repercute nos outros.

Vale destacar algumas considerações sobre as intervenções e identidades do narrador:

Toda narrativa se apresenta ao leitor como um conjunto organizado e contado por um narrador. Mas, é apenas aparência. O dispositivo do “processo de narração” comporta muitos tipos de sujeitos que têm cada um uma identidade própria, uma identidade que os leva a desempenhar um papel particular na encenação de uma narrativa.

Convém, então, determinar os procedimentos de surgimento e identificação desses diferentes tipos de sujeitos.

A narrativa apresenta marcas discursivas que remetem seja ao contexto sócio-histórico contemporâneo do autor, seja ao seu pensamento, principalmente se o narrador se expressa como eu (autobiografia).

Esse procedimento de presença (ou intervenção) de um narrador-autor-indivíduo tende a produzir um efeito de verismo e/ou apelo a compartilhar de um pensamento ou de uma experiência vivida.

Esse autor-indivíduo torna-se um personagem que se dirige ao leitor de maneira explícita, apresentando-se de diferentes maneiras:

- Como um cronista, observador e testemunha de sua época.

- Como um contador–testemunha de sua própria vida, ou dos momentos de sua vida. É o caso da autobiografia que pode ser real ou fictícia.
- Ou o caso de outras narrativas em primeira pessoa que não são autobiográficas.

A narrativa apresenta, também, marcas discursivas que remetem ao fazer da escritura (isto é, ao projeto de escritura) – seja para revelar-lhe os aspectos, seja para estabelecer-lhe os fundamentos, e, portanto, justificá-lo.

Esse procedimento de presença e de intervenção de um autor-escritor tende a produzir, além de um efeito de verismo – já que o escritor é um indivíduo que desempenha um papel social particular – um efeito de cumplicidade com o leitor ao qual ele propõe, de alguma maneira, um contrato de leitura.

- Algumas vezes, esse autor-escritor anuncia num prefácio, ou numa espécie de preâmbulo, qual foi o seu projeto de escritura – uma maneira de justificar seu ato de escritura, isto é, de se justificar como sujeito escritor.
- Outras vezes, ele revela fontes de inspiração.
- Em outras vezes, ainda, este autor-escritor apresenta-se, por intermédio do narrador, como o simples relator de uma narrativa que ele transcreve fielmente, quer esta provenha da boca de alguém, de cartas ou quer provenha de documentos diversos (reais ou fictícios).

A narrativa apresenta outras marcas discursivas que deixam pensar que o narrador é como um historiador que conta a posteriori acontecimentos que se produziram, após haver reunido um certo número de documentos e testemunhos. Esse procedimento é destinado a “dar cobertura” ao narrador, a protegê-lo de todo subjetivismo, a fazer crer que ele se apaga por detrás dos fatos que se impõem por sua credibilidade histórica.

Excetuando-se o caso da narrativa autobiográfica na qual se confundem sob um mesmo eu gramatical as diferentes instâncias de personagem, narrador e autor, o narrador que relata a história de alguém deferente dele mesmo não aparece enquanto tal na narrativa. Ele fica apagado, o que não quer dizer que esteja ausente, pois a própria organização da narrativa é testemunha de sua presença (é chamado algumas vezes de escrevente).

Mas ele pode fazer mais, e revelar-se no próprio decurso da narrativa, não mais em relação a um contexto sócio-histórico ou a um projeto de escritura, como se acabou de ver, mas em relação à gestão interna da história que é contada, como se quisesse ora confiar-se ao leitor, ora guiá-lo em sua leitura.

Ele pode, por exemplo:

- Revelar-se explicitamente, com o auxílio de pronomes pessoais (nós, eu) ou de termos como narrador, romancista, para recapitular momentos passados da narrativa ou conduzir a momentos que vão seguir.
- Implicar diretamente o leitor, que se torna um leitor-destinatário privilegiado, pelo emprego da palavra “leitor” ou de pronomes pessoais que se referem a ele. Às vezes, *nós* e a *indeterminação do sujeito* associam narrador e leitor-destinatário.
- Chamar discretamente o leitor-destinatário a compartilhar de seus pensamentos, julgamentos e opiniões, com a ajuda de enunciados que têm um valor de reflexão geral. Por vezes, esse procedimento é utilizado para começar uma narrativa.
- Mostrar, por meio de incisos ou pela escolha de certas palavras, que toma distância em relação às personagens de sua narrativa, e aos próprios acontecimentos, distância (mais ou menos irônica) que ele, narrador, pode pedir ao leitor para compartilhar.

Uma narrativa se desenvolve sempre sob o controle de um narrador que pode esconder-se ou manifestar-se por procedimentos de intervenção diversos. Trata-se agora de precisar qual é a relação que se instaura entre este narrador e a história contada.

Essa relação é complexa, pois depende ao mesmo tempo do estatuto do narrador e de sua identidade, mas também de seu ponto de vista sobre as personagens da história.

A determinação da identidade do narrador responde à questão “quem fala?”, enquanto a determinação do estatuto do narrador responde à questão “quem conta a história de quem?”. Trata-se, então, de considerar o narrador aqui como instância que conta.

Assim sendo, três categorias apresentam-se, ligadas a três fatos: este narrador conta a história de um outro diferente dele mesmo, ou conta a história da qual ele é a personagem central (ou uma das personagens centrais), ou existem muitos narradores.

Quando o narrador conta a história de um outro é externo à história que conta, e o personagem principal, o “herói”, não é o narrador.

Evidentemente, isso não impede o narrador textual de intervir sob uma ou outra das identidades descritas anteriormente, mas isso será feito respeitando o que se pode chamar o princípio de delocutividade, isto é, ele conta uma história em terceira pessoa, na qual narrador e personagem principal são diferentes (narrador # personagem).

Assim sendo, esse narrador – por trás do qual está o autor-escritor portador de um projeto de escritura – poderá jogar com efeitos de realidade e de ficção, e contar a história no passado ou no presente, de acordo com o tipo de relação que se quer estabelecer entre a história e o leitor (passado: efeito de distanciamento, presente: efeito de atualização):

Nessa categoria de narrativa, existem, dois estatutos do narrador:

- O narrador é totalmente exterior (“extradieético”, diria G.Genette (*apud* Charaudeau 2009)), e com exceção de algumas intervenções (“metadieéticas”), ele conta uma história da qual é totalmente ausente enquanto personagem. É o caso da maioria dos contos e das fábulas, de certas novelas e de certos romances.
- O narrador não é o herói da narrativa, mas se apresenta como uma testemunha dos acontecimentos contados. Este caso é distinto da segunda categoria porque, embora esteja presente na história, o que o narrador conta não é a sua própria história, ele não é o herói. Apresenta-se como um simples observador dos acontecimentos que sucedem a outros personagens, assumindo a posição de um simples figurante. É claro que este caso é difícil de distinguir da autobiografia fictícia, já que, em certos momentos, o narrador se expressa em primeira pessoa (eu ou nós) enquanto testemunha ou participante involuntário da história. Entretanto, o

princípio de delocutividade é respeitado, pois o personagem que diz “eu” não é o herói da história. Trata-se de um narrador interno à narrativa (“intradiegético” diria G. Genette (*apud* Charaudeau 2009)), que conta a história de um herói diferente de si mesmo em terceira pessoa (“ele”). Este caso acontece, muitas vezes, quando o narrador adulto se refere a lembranças da infância.

Quando o narrador conta sua própria história será no interior da narrativa, na medida em que o personagem principal, o herói, é ele mesmo. É claro que isso não impede o narrador de encaixar na história principal, da qual é herói, outras histórias que se referem a outros personagens. Mas a narrativa, em seu conjunto, segue o princípio de elocutividade, isto é, conta uma história em primeira pessoa, na qual narrador e herói são supostamente idênticos.

Convém, no entanto, distinguir três casos:

- O narrador é o porta-voz do autor-indivíduo-escritor, logo, confunde-se com este. É o caso da autobiografia real. Esta, quase sempre, é anunciada nos títulos.
- O narrador não é o porta-voz do autor-indivíduo-escritor: há diversos índices na história que configuram esse estatuto. O narrador é o porta-voz de um outro indivíduo (real ou fictício), mas os dois são apresentados como coincidentes por intermédio de uma história contada em primeira pessoa.
- O narrador-personagem, herói da história, é ao mesmo tempo o autor-indivíduo e um indivíduo fictício. Isto é, o leitor pode supor, em virtude de certos índices, que o herói da história coincide em parte com o autor-indivíduo (utilização de lembranças próprias, de episódios de sua vida), e que procede em parte da imaginação, da invenção do autor-escritor. A ambiguidade é aqui sabiamente sustentada (pelos procedimentos que criam efeito de real e efeito de ficção) o que dá a narrativa um certo poder de fascinação.

É necessário destacar que existem muitos narradores. A narrativa é um jogo de integração ou encaixamento de histórias, umas nas outras, cada uma tendo seu próprio narrador.

Nesta categoria, distingue-se um narrador primário que domina o conjunto do texto e corresponde então ao autor-escritor, e um (ou mais) narrador secundário (secundário não querendo dizer de menor importância) cuja história contada se integra ou se encaixa na narrativa do narrador primário.

Convém distinguir dois casos:

- O narrador primário relata a narrativa de um outro narrador que foi a testemunha de uma história, sem ser o herói, mesmo se dela participou na qualidade de figurante. Nesse caso, o narrador primário não intervém, ou intervém pouco, na narrativa primária e pode mesmo ser totalmente apagado.
- O narrador primário relata a (ou as) narrativa de um outro narrador, mas, diferentemente do caso anterior, de um lado o narrador secundário é a personagem principal, herói da história que ele conta; de outro, o narrador primário intervém explicitamente na realização do dispositivo da narração.

Os pontos de vista do narrador são o resultado da relação que se estabelece entre o narrador e sua (ou suas) personagem, quanto ao saber que possui sobre ela, saber que ele transcreve em sua narrativa e que, dessa maneira, ele comunica ao leitor.

Charaudeau prefere propor uma distinção entre apenas dois pontos de vista (externo e interno), postulando que cada um deles se combina com as outras categorias da encenação narrativa.

Essa distinção apóia-se não no fato de que o narrador saberia mais, tanto ou menos que a personagem – já que ele sabe tudo por definição – , mas na resposta à interrogação seguinte: de onde lhe vem seu saber sobre o personagem, visto que ele o descreve assim?

Se seu saber lhe vem de uma simples observação da aparência física do personagem, falar-se-á de um ponto de vista externo, objetivo.

Se, para descrever o personagem, o narrador apela para uma interpretação, para suposições sobre o que sente ou pensa este, trata-se então de ponto de vista interno, subjetivo.

O ponto de vista externo, objetivo é o ponto de vista do narrador sobre a exterioridade do personagem, sobre sua aparência física, seus fatos e gestos visíveis, todas as coisas que seriam suscetíveis de serem percebidas (o ver) ou verificadas (o saber) por um outro sujeito diferente do narrador achando-se no lugar deste. Por isso, pode-se atribuir a esse “ponto de vista” o qualificativo de objetivo: ele não depende da visão que a personagem descrita poderia ter sobre si mesma, e, portanto, também não depende da visão do narrador sobre o interior da personagem.

O ponto de vista interno, subjetivo é o ponto de vista do narrador sobre o interior da personagem, seus sentimentos, seus pensamentos e seus impulsos interiores (que este pode ignorar), os quais não seriam necessariamente percebidos como tais, nem verificados por um outro sujeito diferente do narrador, que estivesse no lugar deste.

Por isso, pode-se atribuir a esse ponto de vista o qualificativo de subjetivo: ele depende da visão que a personagem descrita pode ter sobre si mesma e depende, portanto, do narrador que é o único que decide.

A maior parte das narrativas alterna ponto de vista externo / ponto de vista interno, mas pode acontecer também que o narrador, partindo da observação externa de determinadas características e de fatos, proponha ao leitor compartilhar suas interpretações, em nome de uma certa verossimilhança que faz o ponto de vista interno converter-se em ponto de vista externo. Para fazê-lo, ele toma a precaução de explicar suas hipóteses empregando modalidades.

3.3. Os espaços de patemização

Efeitos de realidade (referenciação), efeitos de ficção (representação) e efeitos de patemização (dramatização) são essenciais em uma comparação entre os modos de organização descritivo e narrativo.

Charaudeau considera a patemização na informação midiática como uma forma de socialização da intimidade.

(Charaudeau 2000 *apud* Emediato 2007), afirma que uma análise discursiva das emoções se diferencia de uma análise psicológica mais preocupada com as reações sensoriais, as pulsões, temperamentos e humores mensuráveis ou caracterizáveis nos indivíduos, e igualmente de uma sociologia das emoções interessada em estabelecer categorias interpretativas e prototípicas do comportamento humano regulado por normas sociais. Do ponto de vista do discurso, a emoção não deve ser considerada como objeto de sensação efetiva, visível por sua fisiologia, nem por traços categoriais dos indivíduos, mas como signo que, na comunicação, encontra-se codificado ao ponto de poder ser reconhecido e comunicado como tal pelos parceiros de uma interação.

Muitas estratégias discursivas da informação jornalística estão carregadas de algum potencial emocional, ou patêmico. O autor utiliza a expressão patêmico para referir-se aos efeitos emocionais (potenciais, possíveis, não necessariamente efetivos) suscetíveis de tocar as paixões (afetos) de uma certa área de difusão, ou leitorado, visto como um agrupamento social ideal mais ou menos homogêneo contendo, hipoteticamente, certas propriedades psico-sócio-somáticas. A palavra patêmico deriva, assim, do grego pathos. É importante definir, mais claramente, o que chama aqui de estratégias discursivas. Define estratégias como um conjunto de procedimentos previstos no sistema de parâmetros de uma certa prática discursiva. A estratégia é o modo particular como o indivíduo se assujeita e ocupa o seu lugar na ordem do discurso.

Vale lembrar que o discurso da informação jornalística se inscreve em um duplo contrato: contrato de informação e contrato de captação. O primeiro prevê uma instância de produção jornalística movida por um imaginário segundo o qual a realidade social, em grande parte oculta, deve ser revelada ao público para servir ao ideal de democracia, e, de outro, uma instância de recepção vista como um leitorado figurado como instância cidadã para a qual toda informação concernente ao espaço público é pertinente e vital para a ação cidadã. O segundo sugere que a instância de produção, enquanto empresa dotada de interesses, encontra-se em

uma forte zona de concorrência e, por isso, necessita pôr em ação estratégias de dramatização e espetacularização capazes de captar o maior número de leitores, seduzindo-os ou persuadindo-os a comprar o jornal, ação essencial para sua sobrevivência financeira e garantia de captação de anunciantes.

Os espaços de patemização mais relevantes no discurso jornalístico e no tratamento da notícia são:

1. um espaço de tematização: ao mesmo tempo que desperta o interesse cognitivo do leitor (querer saber), capta o seu interesse afetivo (atração especial por certos temas, relevantes ou especulares, da Política, Economia, mas também tragédias, Esportes, catástrofes, *faits divers* ...);
2. um espaço de problematização, que surge da própria figuração do destinatário como leitor-cidadão, levando-o a interpretar a partir de um dado lugar e problematizar na direção da ética cidadã. Sentimentos de indignação, frustração, excitação, esperança etc., surgem pré-figurados em sintonia com uma competência avaliativa axiológica pressuposta;
3. um espaço de visualização, que dá forma e visibilidade a parcelas do real, amplificando o valor das parcelas visíveis, diminuindo o das parcelas invisíveis, focalizando personagens em detrimento de outros, narrativizando o real e criando efeitos de espetacularização, dramatização;
4. um espaço enunciativo que ora interpela o destinatário (simula uma interlocução onde não há), ora o coloca em contato com uma visão particularizante e subjetiva do mundo (sugerindo ao leitor um sentimento dos fatos), ora expõe o mundo tal como ele é de fato, poderia ser ou talvez fosse (levando o leitor a experimentar diferentes graus de apreensão do real e os sentimentos que derivam da certeza, da probabilidade e da dúvida);
5. um espaço descritivo, que propõe uma visão objetiva ou subjetiva do real e de seus seres, classificando-os e transformando-os em exemplos

das classes capazes de fundar generalizações e, por via desse efeito, implicações afetivas;

6. um espaço narrativo responsável pela produção de tensões dentro dos universos narrados correspondentes, levando o leitor a inserir as ações em uma lógica axiologizada da ação e julgá-las de acordo com padrões morais de condutas.

3.4. Os verbos de dizer

Segundo pesquisa feita por Gavazzi e Rodrigues (2007), ao analisar o uso dos verbos *dicendi* (também conhecidos como “introdutores de fala reportada”), em dois jornais cariocas, as autoras verificaram acentuada subjetividade por parte do produtor do texto (no caso, o redator e/ou editor). Observaram que esses elementos que expressam subjetividade constituem importantes marcas linguísticas para trilhar, entre outros aspectos, a ideologia subjacente ao texto.

Os verbos *dicendi* encaixam-se perfeitamente ao contexto sócio-político brasileiro: delineiam um jogo, no qual ataque e defesa fornecem a tônica do discurso.

A hipótese principal do trabalho de Gavazzi e Rodrigues foi o fato de que ao selecionar os verbos *dicendi*, o narrador, além de meramente comunicar uma informação, estaria reproduzindo a ideologia predominante no jornal, espelho da classe social a que se destina / a que serve. Por inferência, então, a visão de mundo dos sujeitos inscritos no discurso é manifestada, ou seja, a palavra passa a uma dimensão que ultrapassa os limites do dizer.

Além disso, a opção do redator por determinados verbos *dicendi* em detrimento de outros determinaria, também, a imagem (face) que o redator tem de si próprio e de seus leitores em um contrato social.

Como forma de análise dos dados, o artigo propõe que se observem os recursos expressivos e a proposta de categorização. De um lado, os recursos expressivos enfatizam que as palavras se distribuem no léxico por campos semânticos e campos lexicais. Desse modo, pode-se encontrar os verbos *dicendi*

organizados em um mesmo campo semântico que consolida o perfil tanto do entrevistado, quanto da temática que o jornalista quer destacar.

Por outro lado, a proposta de categorização baseia-se em Maingueneau (1997) que classifica os verbos *dicendi* em descritivos e avaliativos.

Os verbos descritivos são:

- os que situam o discurso relatado na cronologia discursiva. Ex: continuar, complementar, acrescentar, prosseguir, completar, concluir, finalizar, encerrar, arrematar, etc.
- os que indicam o tipo de discurso do interlocutor ou modo de realização fônica do enunciado. O narrador coloca-se em posição metalinguística. Ex: perguntar, responder, enumerar, definir, descrever, gritar, murmurar, etc.

Os verbos avaliativos estariam mais ligados à credibilidade e à legitimidade do redator da matéria em relação ao seu entrevistado – é ele quem traduz as intenções do seu interlocutor, segundo o seu próprio ponto de vista ou de um grupo que ele representa.

Basicamente, a intencionalidade do entrevistador se revela em cinco categorias:

- Imparcialidade (efeito) – a imparcialidade absoluta não existe, mas se pode obter um efeito de imparcialidade utilizando um verbo *dicendi* mais neutro como dizer, falar, declarar, opinar, etc.
- Valorização negativa – o projeto de fala/atuação social do entrevistado é menosprezado. O jornalista não legitima o discurso citado, ou seja, o veículo midiático não lhe confere credibilidade. Ex: jurar, imaginar, garantir, acreditar, eximir-se, sonhar, tentar justificar, choramingar, desconversar, etc.
- Valorização positiva – a face positiva do interlocutor em foco é enaltecida. Ex: aconselhar, explicar, pontificar, analisar, diagnosticar, ensinar, ponderar, teorizar, etc.
- Polemização – os verbos *dicendi* são utilizados para marcar focos de discussão e “apimentar” o embate. Ex: ironizar, devolver (no sentido

de revidar uma ofensa/acusação), atacar, disparar, alfinetar, culpar, gozar, cutucar, discordar, entre outros.

- Solidariedade – o narrador solicita o engajamento do leitor à causa exposta pelo locutor que se encontra em situação de injustiça social e sofre com a desatenção. O jornalista sensibilizado com o problema utiliza verbos *dicendi* como: desabafar, queixar-se, indignar-se, lamentar, pedir, lembrar.

Segundo Charaudeau (1996), um mesmo verbo pode ser usado com sentido irônico em um contexto e apresentar valor semântico diferente em outro contexto. Isso prova que o espaço interno segue parâmetros ditados pelo espaço externo.

4. A REPORTAGEM

O gênero textual que compõe o *corpus* dessa pesquisa é a reportagem. A escolha desse gênero textual foi marcada não apenas pela presença do caráter predominantemente narrativo, mas também porque os modos de organização do discurso descritivo, narrativo e argumentativo podem ser considerados como modelos de estrutura presentes na reportagem. Entretanto, apenas as estruturas descritivas foram consideradas no processo de análise ocorrido durante a pesquisa dessa dissertação.

A reportagem narrativa, principal objeto de análise desse estudo, pode ser definida como sendo aquela cujo texto tem por característica fundamental a de conter os fatos organizados dentro de uma relação de anterioridade e posterioridade, mostrando mudanças progressivas de estado nas pessoas e nas coisas. Os eventos estarão ordenados não por sua sequência temporal, mas pelo interesse ou importância decrescente, na perspectiva de quem lê.

De acordo com Lage (2006), as mudanças no mundo objetivo, que são assunto das notícias, correspondem a três campos semânticos: os deslocamentos, ao campo semântico de ir; as transformações, ao campo semântico de fazer; as enunciações, ao campo semântico de dizer. A notícia é o relato de deslocamentos, transformações ou enunciações observáveis no mundo e consideradas de interesse para o público.

Alguns autores fazem distinção entre a notícia e a reportagem. Lage, por exemplo, preocupa-se apenas com o texto da notícia que ele difere do da reportagem dizendo que, enquanto o primeiro cuida da cobertura de um fato ou de uma série de fatos, o segundo faz um levantamento de um assunto, conforme ângulo preestabelecido. Já para Cremilda Medina (1978), o que distingue a notícia da grande reportagem é o tratamento do fato jornalístico, no tempo de ação e no processo de narrar. A reportagem, para Medina, amplia uma simples notícia de poucas linhas, aprofundando o fato no espaço e no tempo, e esse aprofundamento do conteúdo informativo se faz geralmente em uma abordagem estilística. É importante salientar que o presente estudo não pretende fazer uma

diferenciação entre esses gêneros. Pelo contrário, em ambos os gêneros pode-se perceber e analisar o objeto de estudo em questão que trata dos elementos descritivos inseridos em textos predominantemente narrativos.

Quanto à estrutura, tanto Lage (2006) quanto Coimbra (2004) afirmam que a estrutura da notícia pode ser dividida em duas partes principais: lide e documentação. O lide é o primeiro parágrafo da notícia em jornalismo impresso, embora possa haver outros lides em seu corpo. Quanto ao conteúdo, o lide é o relato do fato principal de uma série, o que é mais importante ou mais interessante.

A documentação, em um, dois ou mais parágrafos, é o complemento do lide, que detalha e acrescenta informações sobre a ação verbal em si, os sintagmas nominais, os sintagmas circunstanciais ou quaisquer de seus componentes.

O lide, na síntese acadêmica de Harold Lasswell (*apud* Lage 2006), informa quem fez o que, a quem, quando, onde, como, por que e para quê. Já a documentação consiste em proposições adicionais sobre cada um desses termos.

Segundo o jornalista Ricardo Kotscho (2007) pode-se fazer uma reportagem de mil maneiras diferentes, dependendo da cabeça e do coração de quem escreve, desde que essa pessoa seja honesta, tenha caráter e princípios. O autor não se refere à “objetividade jornalística” ou à “neutralidade” do repórter. Para ele, são bobagens que inventaram para domesticar os profissionais que não se dobram aos poderosos de plantão, porque têm um compromisso maior com o seu tempo e sua gente. Kotscho enfatiza que o leitor tem o direito de saber o que pensa, e de que lado está aquele que lhe escreve. Essa é uma informação a mais para que o leitor possa tirar suas próprias conclusões.

Kotscho (2007) afirma ainda que sentimentos de tristeza e alegria se alternam nos trabalhos de cobertura e não há como o repórter ficar insensível, nem deve. Afinal, ele é um ser humano igual aos seus leitores, e precisa transmitir não só as informações, mas também as emoções dos acontecimentos que está cobrindo. Informação e emoção são, portanto, as duas ferramentas básicas do repórter. E ele terá que saber dosá-las na medida certa em cada matéria.

Segundo o autor, não pode ser de outro jeito, pois o repórter que não for capaz de emocionar, de chorar e se alegrar junto com os personagens de quem fala, jamais conseguirá transmitir ao leitor a realidade que encontrou.

Segundo Guimarães (1990), o texto só passa a existir, num processo global de comunicação e interação, quando o contexto das interferências externas a ele se completa com o de sua estrutura formal e do seu conteúdo temático. Isto é, quando o texto identifica-se como um ato produzido conforme as regras de um sistema gramatical, como um ato orientado para influenciar o comportamento do receptor e, finalmente, como um ato responsável pelo efeito produzido no receptor.

Para Charaudeau (2006) o universo da informação midiática é efetivamente um universo construído. O acontecimento não é jamais transmitido em seu estado bruto, pois, antes de ser transmitido, ele se torna objeto de racionalizações. Desse modo, a instância midiática impõe ao cidadão uma visão de mundo previamente articulada, sendo que tal visão é apresentada como se fosse a visão natural do mundo.

O acontecimento midiático constrói-se segundo três tipos de critérios: atualidade, expectativa e socialidade. Os modos discursivos do acontecimento midiático podem ser representados por: acontecimento relatado (construção de um espaço temático rebricado – anunciado, noticiado, tratado); acontecimento comentado (construção de um espaço problematizado); acontecimento provocado (construção de um espaço de debate público externo às mídias). A reportagem jornalística está relacionada ao acontecimento relatado.

A reportagem jornalística trata de um fenômeno social ou político, tentando explicá-lo. Um fenômeno social significa uma série de fatos que se produzem no espaço público. O estado de fenômeno significa que este já é do conhecimento da maioria.

Para o referido autor, a reportagem deve adotar um ponto de vista distanciado e global (princípio de objetivação) e deve propor ao mesmo tempo um questionamento sobre o fenômeno tratado (princípio de inteligibilidade). É por isso que recorre a diversos tipos de roteirizações, utilizando os recursos designativos,

figurativos e visualizantes da imagem, para, por um lado, satisfazer às condições de credibilidade da finalidade de informação (com formatos de investigações, de testemunho, de reconstituição detalhada trazendo a prova da existência dos fatos e da validade da explicação), por outro, satisfazer às condições de sedução da finalidade de captação (dramatizações destinadas a tocar a afetividade do espectador).

Em geral, espera-se do autor de uma reportagem que ele esteja o mais próximo possível da suposta realidade do fenômeno e também se espera que demonstre imparcialidade. Entretanto, além de essa imparcialidade ser impossível, a parcialidade se faz necessária. Impossível porque toda construção de sentido depende de um ponto de vista particular. E necessária porque todo procedimento de análise implica tomadas de posição.

Quanto ao aspecto descritivo, Phillipe Hamon (*apud* Guimarães 1990) observa que toda a descrição comporta as seguintes categorias: um tema-chave que enuncia a sequência descritiva; uma série de subtemas; expansões predicativas (atribuições de qualidades, de ações, aos subtemas).

Guimarães (1990) observa que o texto descritivo, por sua característica estrutural de expansão ou digressão, quando situado dentro da estrutura do texto narrativo, serve para retardar o relato de determinado acontecimento.

A modalidade descritiva pode estar presente no texto como fragmento descritivo ou bloco descritivo. Na reportagem narrativa, segundo Lopes e Reis (1988), há sempre fragmentos portadores de informação sobre as personagens, os objetos, o tempo e o espaço que configuram o cenário das ações. Essas informações servem para enraizar o texto na realidade. Sua acumulação cria o efeito de real, gera verossimilhança. Além disso, os fragmentos portadores de informação também servem como indícios, ou seja, antecipam as ações das personagens.

Os blocos de natureza descritiva, por sua vez, interrompem o desenrolar da ação. Quando esses blocos são introduzidos pelo próprio narrador, há, então, a chamada ambientação franca e quando quem os introduz é alguma personagem há ambientação reflexa. Se esses blocos forem muito extensos, podem criar um

vazio narrativo. No entanto, se forem utilizados com habilidade pelo narrador auxiliarão na criação do ritmo que ele quer imprimir à narrativa, criando alguns efeitos semelhantes ou diferentes àqueles obtidos com os recursos de aceleração e retardação.

Segundo Bourneuf e Ouellet (*apud* Dimas 1987), a descrição dentro de uma narração pode atuar como: desvio, quando a descrição de um ambiente garante um momento de repouso, após uma passagem ativa e agitada; suspense, quando é inserida em um momento crítico da ação, aguçando a curiosidade do leitor quanto ao que virá em seguida; abertura, quando antecipa de algum modo o desenrolar da história; e alargamento, quando recupera uma informação já fornecida pelo texto e a complementa com outras, detalhando-a.

5. ENFOQUE METODOLÓGICO

O *corpus* dessa pesquisa foi constituído da seguinte maneira: 10 reportagens do jornal impresso *Folha de São Paulo* e 10 reportagens do jornal impresso *O Globo*, totalizando 20 textos na modalidade escrita publicados entre os dias 02, 06 e 07 do mês de março de 2009. A escolha pelo gênero reportagem foi feita devido à relevância desse tipo de texto para o desenvolvimento da pesquisa, pois além de ser um texto predominantemente narrativo, apresenta, também, trechos descritivos e argumentativos possibilitando, assim, a interação entre os diferentes modos de organização do discurso. Entretanto, a ênfase do estudo está em identificar, descrever e analisar o modo de organização descritivo através dos elementos linguísticos, discursivos e espaços de patemização. A pesquisa sustenta-se com base na semiolinguística de Patrick Charaudeau (2009). Foi realizada uma análise qualitativa e comparativa dos dados. Como enfoque metodológico, observou-se a mesma matéria, publicada no mesmo dia em jornais distintos, para verificar as semelhanças e diferenças na abordagem do tema apresentada em cada jornal.

Os procedimentos de análise podem ser detalhados da seguinte forma: (i) espaços de patemização; (ii) procedimentos linguísticos e discursivos; e (iii) verbos *dicendi*. A hipótese inicial é de que esses elementos podem funcionar como elementos descritivos em textos narrativos atribuindo sentido ao texto e criando efeitos que causam um impacto emocional diretamente no leitor.

Os espaços de patemização são responsáveis pela construção de diferentes efeitos de sentido que conferem ao texto a presença de emoções. Essas emoções são consideradas, do ponto de vista do discurso, como signo que pode ser reconhecido e comunicado pelos parceiros que interagem em uma situação de comunicação. A motivação inicial surgiu da hipótese de que os espaços de patemização possam funcionar como um dos procedimentos para descrever. Isto significa dizer que os espaços de patemização podem caracterizar determinado texto a ponto de possibilitar a distinção entre um texto e outro. É importante salientar que descrição, nesse caso, não deve ser entendida apenas

como blocos descritivos que caracterizam uma tipologia textual ou um modo de organização, mas deve ser entendida como todo elemento capaz de qualificar, caracterizar ou especificar outros elementos em um determinado texto. Desse modo, pode-se entender que o processo de descrição pode utilizar desde um simples vocábulo até um texto por inteiro. Desse modo, com base nas reportagens e nos efeitos patêmicos encontrados, foram analisados os seguintes espaços de patemização: (i) tematização, (ii) problematização e (iii) visualização.

A tematização é a interação entre informação e emoção e se faz presente nos títulos e subtítulos que além da função de chamar a atenção do leitor para o texto, antecipar o assunto que será apresentado, mostra desde o início qual é o sentimento que norteia a informação principal do texto.

A problematização, por sua vez, refere-se à contextualização da reportagem. É o conjunto da obra, ou seja, é a relação entre todas as partes do texto: títulos, subtítulos, corpo do texto, imagens gráficas, fotos, a ordem dos parágrafos, disposição das partes do texto na página, sequência dos acontecimentos, etc.

A visualização faz um recorte na reportagem analisando apenas os elementos não-verbais: como, por exemplo, imagens, tabelas, fotos e gráficos, analisando o formato que apresentam e seus possíveis efeitos de sentido. A visualização mostra como esses efeitos de sentido criado pelas imagens podem evidenciar certos efeitos emocionais.

Os procedimentos linguísticos e discursivos são os procedimentos descritivos prescritos por Charaudeau (2009). Entre os procedimentos analisados estão: (i) elementos para nomear; e (ii) elementos para qualificar. Os elementos para nomear selecionados na pesquisa foram a determinação e a indeterminação. A escolha desses elementos deve-se ao grande número de ocorrência e da relevância para a distinção entre os textos veiculados por cada jornal. Foram observados os nomes, sobrenomes e instituições assim como a ausência deles. Os elementos para qualificar analisados foram a acumulação de detalhes e a analogia. Os procedimentos linguísticos e discursivos funcionam como estratégias para jogar com a subjetividade e a objetividade do texto.

Os verbos *dicendi*, por sua vez, foram analisados nas citações presentes na reportagem. A hipótese é de que esses verbos poderiam caracterizar o discurso que está sendo citado.

Todos esses elementos foram analisados como formas distintas de descrição da reportagem. A descrição, portanto, não está apenas a serviço da narração, mas, confere a esta sentido podendo acarretar que uma mesma matéria seja apresentada de formas diferentes dependendo do jornal que veicula a informação e do público-alvo ao qual essa informação é destinada.

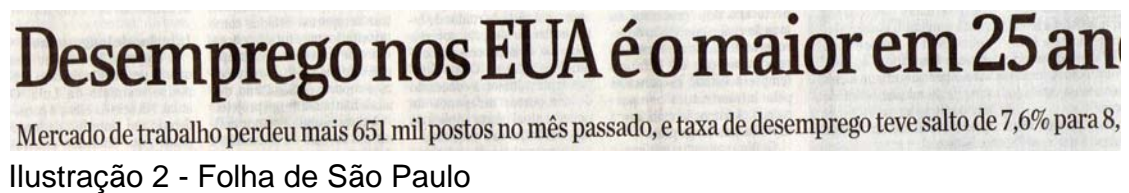
6. ANÁLISE DAS REPORTAGENS

6.1. Espaços de patemização

6.1.1. A tematização

(Exemplo 1) Análise das reportagens sobre o desemprego nos EUA publicadas na data de 07.03.09

O primeiro espaço de patemização analisado foi o que se refere ao tema. O referido espaço trata do processo interativo entre informação e emoção que pode ser observada a partir dos títulos e subtítulos das reportagens.



O título apresentado “Desemprego nos EUA é o maior em 25 anos” foi o mesmo no jornal O Globo e no jornal Folha de São Paulo. Nesse título pode-se observar o sentimento de preocupação expresso pelo uso do superlativo. A distinção entre as reportagens publicadas nos dois jornais começa a partir do subtítulo. Em O Globo, o espanto por parte do presidente pode ser um intensificador da preocupação expressa no título, “Fechamento de 651 mil vagas em fevereiro leva índice a 8,1%. Presidente Obama considera dados espantosos.” Essa intensificação torna-se maior e mais evidente pelo fato de que quem está espantado é justamente aquele que poderia ou deveria trazer a solução para o referido problema. Na Folha de São Paulo, o subtítulo “Mercado de trabalho perdeu mais 651 mil postos no mês passado, e taxa de desemprego teve salto de 7,6% para 8,1%” parece apresentar os dados de forma mais isenta emocionalmente. Esse exemplo mostra uma certa subjetividade pela escolha do

termo 'teve salto', pois o jornal poderia ter optado, por exemplo, pelo termo aumentou. Nesse primeiro espaço de patemização, já pode-se observar alguma diferença entre o jornal O Globo e a Folha de São Paulo. Nesta, há uma preocupação maior em comprovar a informação com dados estatísticos que pode ser entendido como uma prova da objetividade do jornal. Naquele, por sua vez, há o foco no posicionamento do presidente diante da situação de crise.

(Exemplo 2) Análise das reportagens sobre o roubo de armas de centro de tiro em São Paulo publicadas na data de 07.03.09

Ladrões levam 54 armas de centro de tiro em São Paulo

Secretário critica segurança no local, onde policiais treinam

Ilustração 3 – O Globo

Bando rouba depósito de armas de policial

Dois fuzis, 12 carabinas e 40 pistolas foram levados de centro de treinamento tático, usado para treino da polícia e do Exército

Ilustração 4 - Folha de São Paulo

A tematização foi o espaço de patemização inicialmente analisado. No jornal O Globo o título apresentado foi “Ladrões levam 54 armas de centro de tiro em São Paulo”. Na Folha de São Paulo foi “Bando rouba depósito de armas de policial”. A distinção entre as reportagens publicadas nos dois jornais já começa a partir do título. No O Globo a informação é passada de forma direta e objetiva. As perguntas quem?, o que? e onde? foram precisamente respondidas: ladrões, levam armas, centro de tiro. Essa informação aponta para sentimentos como corrupção, insegurança e afronta por parte dos ladrões que roubaram armas do local onde os policiais treinam. Por outro lado, na Folha de São Paulo o título também apresenta a informação de forma direta e objetiva, porém o foco está no dono do depósito de armas que é um policial. Desse modo, não são respondidas

apenas as perguntas quem?, o que? e onde?, mas de quem? O fato de identificar o dono do depósito como sendo um policial pode ser considerado um intensificador da afronta por parte dos ladrões. Essa intensificação cria um efeito de indignação que faz com que o leitor além de perceber a insegurança, ou a possibilidade de corrupção, sintam-se perplexo diante do fato ocorrido.

No jornal O Globo, o subtítulo “Secretário critica segurança no local, onde os policiais treinam” parece reforçar a idéia de insegurança. Entretanto, o subtítulo da Folha de São Paulo “Dois fuzis, 12 carabinas e 40 pistolas foram levados de centro de treinamento tático, usado para treino da polícia e do Exército” parece apenas descrever os objetos roubados como forma de comprovar o fato que está sendo noticiado.

(Exemplo 3) Análise das reportagens sobre as pesquisas com célula-tronco publicadas na data de 07.03.09



Ilustração 5 – O Globo



Ilustração 6 - Folha de São Paulo

A tematização no jornal O Globo é apresentada no título “Obama porá fim na segunda-feira a restrições a célula-tronco de embrião” trazendo um sentimento de

liberdade como pressuposto. No subtítulo “Presidente vai eliminar veto a pesquisas imposto por Bush em 2001” o efeito de sentido demonstra um sentimento que parte da liberdade para pesquisar e ao mesmo tempo de recomeço, pois as pesquisas ficaram paradas desde 2001. Com isso, cria-se um efeito de avanço tecnológico que valoriza a iniciativa do governo como sendo uma atitude que contribui para o progresso do país.

Na Folha, o título é “Obama libera verba recorde para a ciência” que traz um sentimento de aprovação e apoio financeiro por parte do governo. No subtítulo “Medidas espalhadas no pacote de estímulo contra a crise injetarão mais de US\$ 100 bilhões em atividades de pesquisa” pode-se perceber que o investimento na área de pesquisa é uma estratégia contra a crise, ou seja, é uma proposta de solução para o momento crítico pelo qual o país passa. A partir daí, além do sentimento de liberdade e progresso, tem-se também o sentimento de esperança, otimismo e superação.

(Exemplo 4) Análise das reportagens sobre Hillary tentando reiniciar relação com a Rússia publicadas na data de 07.03.09

Hillary usa botão para reiniciar relação com Rússia

Brincadeira com chanceler marca degelo entre os dois países, que devem chegar a acordo sobre armas até o fim do ano
Ilustração 7 - O Globo

Hillary e Lavrov ‘reiniciam’ relação entre EUA e Rússia

Prioridade será renovação de tratado de desarmamento que vence no fim do ano
Ilustração 8 - Folha de São Paulo

A tematização está presente no título “Hillary usa botão para reiniciar relação com Rússia” e no subtítulo “Brincadeira com chanceler marca degelo entre os dois países, que devem chegar a acordo sobre armas até o fim do ano” presentes no jornal O Globo. Pode-se perceber a princípio um sentimento de

desejo de reconciliação no título. E, posteriormente, no subtítulo, um sentimento de reconciliação propriamente dita com a utilização dos vocábulos brincadeira e degelo. E ainda com a possibilidade de acordo até o fim do ano. Assim, os sentimentos partem de um desejo de reconciliação, passando por momentos que comprovam que a reconciliação foi feita e terminam com a possibilidade de um acordo.

Na Folha de São Paulo o título “Hillary e Lavrov ‘reiniciam’ relação entre EUA e Rússia” e o subtítulo “Prioridade será renovação de tratado de desarmamento que vence no fim do ano” mostram a tematização construída. A partir do título já se percebe a reconciliação entre os países pelo uso do verbo reiniciar. E no subtítulo, a ênfase está no tratado de desarmamento. Com efeito, no jornal O Globo, os sentimentos se desenvolvem passo a passo. Primeiro o desejo, a seguir a reconciliação e, por fim, a possibilidade do acordo. Na Folha, o sentimento já é de reconciliação e a renovação do tratado de desarmamento não aparece como possibilidade e sim como prioridade.

(Exemplo 5) Análise das reportagens sobre o aborto de menina estuprada publicadas na data de 06.03.09

Ministro critica Igreja por excomungar médicos

Um dia após aborto de menina de 9 anos estuprada em Pernambuco, arcebispo confirma punição aos profissionais

Ilustração 9 - O Globo

Igreja excomunga mãe e médicos após abort

Segundo arcebispo de Olinda e Recife, 'lei de Deus está acima de todas as coisas'; menina de 9 anos estava grávida do padrast

Ilustração 10 - Folha de São Paulo

No título apresentado pelo jornal O Globo, pode-se perceber uma certa polêmica entre as opiniões do governo e da igreja sobre o aborto da menina que

foi estuprada pelo padrasto. Em “Ministro critica Igreja por excomungar médicos” é visível o sentimento de indignação por parte do ministro ao criticar a excomunhão dos médicos que realizaram o aborto. O subtítulo “Um dia após aborto e menina de 9 anos estuprada em Pernambuco, arcebispo confirma punição aos profissionais” confirma a posição da igreja representada pela figura do arcebispo. A tematização mostra a polêmica estabelecida. O sentimento pode ser de apreciação ou de revolta em relação a matéria publicada dependendo da opinião do leitor compartilhada com idéias e crenças que este possa apresentar.

O jornal Folha de São Paulo não apresenta a opinião do governo no título. Porém acrescenta que além dos médicos a mãe da menina também foi excomungada. “Igreja excomunga mãe e médicos após aborto”. O título causa certo estranhamento, pois não haveria motivo aparente para excomungar a mãe da menina. A mãe autorizou o aborto seguindo os conselhos médicos sobre o risco que a menina corria em prosseguir com a gravidez. O subtítulo “Segundo arcebispo de Olinda e Recife, ‘lei de Deus está acima de todas as coisas’; menina de 9 anos está grávida do padrasto” aumenta a polêmica, pois afirma que a menina está grávida do padrasto e que a lei de Deus está acima de todas as coisas. O efeito de sentido construído nesse enunciado faz parecer que todos estão errados. Porém o grande culpado é o padrasto que estuprou a menina. Essa informação expressa no subtítulo causa revolta, indignação e um certo estranhamento. É uma sensação criada como se a lei de Deus fosse igual a lei dos homens, sujeita a falhas e distorções.

(Exemplo 6) Análise das reportagens sobre o aborto de menina estuprada publicadas na data de 07.03.09



‘Aborto é mais grave que estupro’
Arcebispo excomunga médicos, mas não o estuprador de menina de 9 anos

Ilustração 11 - O Globo

Arcebispo afirma que aborto é mais grave que estupro

Dom José defende não excomungar o padrasto da menina de nove anos, que a estuprou

Ilustração 12 - Folha de São Paulo

No jornal O Globo o título “Aborto é mais grave que estupro” mostra que na opinião do arcebispo o que o padrasto fez não foi algo tão grave. Essa afirmação causa um sentimento de indignação e revolta, pois o estupro é considerado um crime hediondo na sociedade brasileira. Esses sentimentos aumentam após a leitura do subtítulo “Arcebispo excomunga médicos, mas não o estuprador de menina de 9 anos”. O enunciado parece absolver o estuprador, já que este não será excomungado. Como o padrasto não foi excomungado, parece que todos estão errados e que o padrasto estava certo.

Na Folha de São Paulo o título é quase o mesmo. A única diferença é que no jornal O Globo a fala do arcebispo está em discurso direto e na Folha está em discurso indireto “Arcebispo afirma que aborto é mais grave que estupro”. Essa diferença entre os jornais cria diferentes efeitos de sentido. O título do jornal O Globo em citação direta cria um efeito de verdade sobre o que é dito. Esse efeito causa um estranhamento no leitor. Por outro lado, a Folha de São Paulo deixa bem claro quem está dizendo o enunciado. Isso cria efeito de credibilidade ou de desqualificação dependendo da opinião do leitor. O subtítulo “Dom José defende não excomungar o padrasto da menina de nove anos, que a estuprou” mostra que segundo o arcebispo o estuprador é inocente. Essa afirmação aumenta o sentimento de indignação por parte de quem lê a reportagem.

(Exemplo 7) Análise das reportagens sobre o Sudão publicadas na data de 07.03.09

Sudão: ONU avalia se expulsão de ONGs é crim

Decisão do governo colocaria em risco centenas de milhares de civis. Ação pode levar conflito para outras áreas do

Ilustração 13 - O Globo



Ilustração 14 - Folha de São Paulo

O jornal O Globo apresenta o título “Sudão: ONU avalia se expulsão de ONGs é crime” que sugere uma reflexão por parte da ONU sobre a expulsão de ONGs. Observa-se no subtítulo “Decisão do governo colocaria em risco centenas de milhares de civis. Ação pode levar conflito para outras áreas do país” uma preocupação com as possíveis consequências da decisão do governo.

No jornal Folha de São Paulo o título “Caso contra ditador do Sudão divide Conselho da ONU” mostra outra abordagem da notícia. O título cria um efeito de dúvida e não de preocupação. Esta só aparece no subtítulo “Ban Ki-moon apela a Liga Árabe e União Africana para reverter expulsão da ONGs de Darfur, numa retaliação que afeta milhões”. O subtítulo apresenta um apelo que identifica um sentimento de possível ajuda, seguido da possibilidade de reversão da situação e, por fim, a retaliação que identifica um sentimento de medo.

(Exemplo 8) Análise das reportagens sobre a queda da produção industrial publicadas na data de 07.03.09



Ilustração 15 - O Globo



Ilustração 16 - Folha de São Paulo

No jornal O Globo o título “Recessão à espreita” introduz o sentimento de preocupação e cria um efeito de suspense. O subtítulo reforça essa preocupação com os dados da produção industrial “Produção industrial recua 17,2%, pior taxa desde 1990, quando país vivia efeitos do Plano Collor”. A comparação com o plano Collor aumenta a preocupação e a insegurança, pois foi um momento que pegou o país de surpresa, desestruturando a vida de milhares de brasileiros.

Na Folha o título apresenta a informação de forma mais direta, explícita “Indústria tem pior resultado desde Collor”. E, também cria um efeito de preocupação. O subtítulo apresenta dados que comprovam a crise na indústria “Produção recua 17% em janeiro na comparação com mesmo mês de 2008, e o IBGE não prevê melhora na situação”. A presença de uma instituição conceituada na área de estatística afirmar que não há melhora prevista acaba resultando em um sentimento pessimista em relação a situação.

(Exemplo 9) Análise das reportagens sobre a boa salada de Lula publicadas na data de 06.03.09



Ilustração 17 - O Globo



Ilustração 18 - Folha de São Paulo

Em ambos os jornais o termo 'boa salada' expressa a princípio algo um tanto contraditório porque salada significa, nesse contexto, algo negativo. Entretanto, o adjetivo boa cria um efeito de sentido que mostra que uma situação negativa aparentemente teve um desfecho positivo. Outra análise, nesse caso percebe-se o adjetivo boa como ironia, mostra que o adjetivo boa, na verdade, seria um intensificador da negatividade da palavra salada. No jornal O Globo, o presidente justifica o ato de fazer a boa salada. Por outro lado, na Folha de São Paulo, "PT tem que fazer..." , o texto mostra um enfoque no partido e não no presidente. Além disso, a construção verbal cria um efeito de obrigatoriedade. Portanto, o partido teria sido obrigado a fazer a boa salada. São abordagens distintas que constroem diferentes efeitos de sentido.

Na abordagem do jornal O Globo, o presidente é o principal responsável pela boa salada. Por outro lado, na abordagem do jornal Folha de São Paulo, o partido é levado por uma força maior, não mencionada, a fazer boa salada.

(Exemplo 10) Análise das reportagens sobre a AIG publicadas na data de 02.03.09

AIG receberá até US\$ 30 bilhões em ajuda do governo Obama, diz fonte

Seguradora deve anunciar hoje perdas de US\$ 60 bilhões no trimestre
Ilustração 19 - O Globo

Governo dos EUA injetará mais US\$ 30 bilhões na AIG

Maior seguradora do mundo deve anunciar prejuízo recorde de até US\$ 60 bi
Ilustração 20 - Folha de São Paulo

Em ambos jornais o título apresenta a afirmação de ajuda para a AIG por parte do governo norte-americano. Essa afirmação pode apresentar um sentimento de solidariedade. “AIG receberá até US\$ 30 bilhões em ajuda do governo Obama, diz fonte” no O Globo e “Governo dos EUA injetará mais US\$ 30 bilhões na AIG”. Vale ressaltar que a única diferença entre os títulos está na ordem dos sintagmas principais. Assim, AIG receberá ajuda do governo de um lado e de outro lado Governo injetará dólares na AIG. Essa última escolha mostra um governo mais atuante.

Nos subtítulos, por outro lado, aparece a possibilidade do anuncio de prejuízos que chegam ao dobro do que será investido pelo governo. Os subtítulos, portanto, apresentam um sentimento de preocupação em relação ao prejuízo. “Seguradora deve anunciar hoje perdas de US\$ 60 bilhões no trimestre” e “Maior seguradora do mundo deve anunciar prejuízo recorde de até US\$ 60 bi”. A distinção entre os jornais está na escolha vocabular. Enquanto o jornal O Globo informa de maneira sucinta. A Folha de São Paulo especifica com palavras que aumentam e intensificam o sentimento de preocupação como, por exemplo, ‘maior seguradora do mundo’ e ‘prejuízo recorde’.

6.1.2. A problematização

(Exemplo 11) Análise das reportagens sobre o desemprego nos EUA publicadas na data de 07.03.09

O segundo espaço de patemização analisado foi a problematização que pode ser definida como a contextualização da informação noticiada. A problematização pode ser concretizada através das partes da reportagem identificadas pelos títulos e subtítulos no corpo do texto.

No O Globo, o primeiro título apresenta a tematização. A primeira parte do subtítulo principal apresenta a função de justificar o título. A segunda parte do subtítulo apresenta um dado novo que é o espanto do presidente e tem por função intensificar a informação apresentada anteriormente. Os subtítulos do corpo da reportagem mostram como os efeitos de emoção são construídos. A reportagem aparece dividida em três partes. A primeira é iniciada a partir da apresentação dos informantes e sem um subtítulo específico além dos título e subtítulo iniciais. A segunda parte começa com o subtítulo “Revisado, dado de dezembro é o pior desde 1949”. Nessa parte é apresentada uma comparação entre a atual crise com a crise de 1949. A terceira parte apresenta o subtítulo “Analista vê ‘dramática hemorragia dos empregos’”. Essa parte reforça o efeito de desespero porque a hemorragia se não for controlada pode levar à morte. Desse modo, o contexto apresenta um sentimento de caos construído por expressões como: dados espantosos, presidente espantado, a situação tende a piorar e dramática hemorragia.

Na Folha de São Paulo, semelhantemente, o primeiro título apresenta a tematização. E a primeira parte do subtítulo principal apresenta a função de justificar o título. Assim, “Mercado de trabalho perdeu mais 651 mil postos no mês passado,...” funciona como a prova do fato de o desemprego ser o maior em 25 anos. E, “...e taxa de desemprego teve salto de 7,6% para 8,1%.”, ‘pode ser considerado como um forte indício de que a crise continuará, já que os dados estatísticos comprovam o aumento da taxa de desemprego.

A problematização é construída com base em diferentes procedimentos. Entre eles, vale ressaltar a presença constante de dados estatísticos,

principalmente sobre as taxas de desemprego. Além disso, também são apresentadas categorias que não foram incluídas na taxa de desemprego oficial. A reportagem apresenta ainda um comentário sobre a retroação da economia. Mostra o perfil dos desempregados e o aumento do desemprego.

Por outro lado, afirma que outros setores cresceram como a saúde. E, por fim, salienta que os EUA já enfrentaram situações piores ao longo dos anos. A figura do governo aparece recebendo a notícia com confiança. Por sua vez, o contexto mostra a crise através do contraste de opiniões.

Aparecem as vozes do governo, através da figura do presidente falando sobre Columbus; de analistas que percebem a crise como algo sem solução que comparam com a metáfora da hemorragia; além da opinião de um economista; e a expectativa do Conselho Econômico. Todas essas vozes apresentam sua individualidade. Nesse espaço de interação, cada uma apresenta um ponto de vista diferente que é apresentado como tendo o mesmo valor, ou seja, uma voz não é superior ou inferior a outra. Todas estão em constante diálogo e, assim, contribuindo para construção do sentido do texto, com equilíbrio de opiniões. Essas vozes são identificadas e isso acarreta uma certa credibilidade ao jornal. Desse modo, a voz do jornal aparece de maneira sutil, mostrando a objetividade na construção da reportagem.

Diferentemente do que ocorre no jornal O Globo, o último parágrafo da reportagem da Folha de São Paulo traz um sentimento de que a crise atual poderá ser superada. O texto apresenta uma comparação com outras crises que causaram prejuízos maiores do que esta e, no entanto, foram superadas, o que permite concluir pela indução à esperança.

(Exemplo 12) Análise das reportagens sobre o roubo de armas de centro de tiro em São Paulo publicadas na data de 07.03.09

A problematização também foi um diferenciador na análise das duas reportagens. O jornal O Globo dividiu a reportagem em duas partes: a primeira começando logo após a identificação da jornalista responsável pela matéria e a segunda começando com o subtítulo “Policial civil é sócio de empresa de treinamento”.

A primeira parte trata de detalhar o acontecimento apresentando informações sobre o local roubado, como os ladrões entraram no local, a crítica feita pelo secretário estadual de Segurança Pública Ronaldo Marzagão, a citação da fala do secretário e como ele tentou dissipar o mal-estar causado pela situação.

A segunda parte mostra que as condições de armazenamento estão sendo apuradas, que a empresa informou que cede suas instalações para as outras polícias, que cumpre as exigências feitas pelo Ministério da Defesa, mostra ainda a polêmica sobre um policial poder ser o dono de um centro de tiro.

Desse modo, o contexto apresenta um sentimento que parte da preocupação e do medo, já que não se tem segurança em um ambiente que deveria ser no mínimo seguro, passando por vários questionamentos que levam a suspeita de corrupção.

A Folha de São Paulo divide o texto da reportagem em três partes: a primeira começa após o subtítulo “Centro que pertence ao investigador Fábio Fananiello fica dentro de uma fábrica de armas e munições na Grande SP” e após a identificação dos jornalistas responsáveis pela matéria. A segunda parte começa após o subtítulo “Ligações”. E a terceira parte começa após o subtítulo “Marzagão vai a local e critica falta de segurança”.

Na primeira parte, pode-se perceber a descrição do material roubado, de quem pertence o Centro de Treinamento Tático, dos criminosos, do local roubado, de como ocorreu a invasão e a fuga.

A segunda parte, apresenta a suspeita de compra de cargo na polícia por parte do delegado Fábio Pinheiro Lopes que mantém relação com Berardino Fanganiello. Nessa parte, pode-se observar que já não se trata apenas de roubo

comum, mas de um roubo que pode ter sido facilitado pela própria corrupção na polícia. Desse modo, os policiais seriam os responsáveis pelo roubo. Ainda são apresentados os pronunciamentos da advogada de Fábio e de Ronaldo Marzagão.

A terceira parte é toda sobre o pronunciamento de Marzagão que vai desde a crítica a segurança do local até a irritação apresentada por ele ao ser questionado da possível ligação com o local. Assim, o contexto inicia-se com um sentimento de medo e preocupação, passa pela polêmica do envolvimento de policiais no crime, evidenciando a possibilidade de corrupção e termina com a possível participação do secretário de segurança.

O efeito de sentido foi construído de formas distintas nos dois jornais, porém o sentimento expresso pelas reportagens foi o mesmo. Primeiro a preocupação, o medo, a desconfiança e, por fim, a possível corrupção, como fato incontestável.

(Exemplo 13) Análise das reportagens sobre as pesquisas com célula-tronco publicadas na data de 07.03.09

A problematização no jornal O Globo aparece em duas partes. A primeira mostra que o evento no qual o presidente assinará a ordem de liberação das pesquisas acontecerá na Casa Branca. Mostra também que grupos religiosos condenam a ação do presidente.

Já na segunda parte que começa com o subtítulo “Proibição atrasou pesquisas de doenças” a ênfase está importância dos estudos com esse tipo de célula para a possível cura de doenças como diabetes, Parkinson e Alzheimer. Essa parte mostra também o veto dado pelo presidente Bush que na época recebeu apoio da igreja e de outros grupos que consideram a destruição de embriões imoral. Mostra ainda a opinião de especialistas, outras ordens executivas assinadas por Obama como o fechamento da prisão de Guantánamo e termina com a reiteração de que Obama assinará a ordem.

Na Folha de São Paulo, a problematização também parece estar dividida em duas partes. A primeira inicia-se com o subtítulo “Repasse para o setor será maior que fluxo de recursos durante a corrida espacial e a criação da bomba atômica;

ambiente puxa fatia grande” que enfatiza a verba que será destinada às pesquisas. Essa parte apresenta o fato de que nunca foi repassado tanto dinheiro para cientistas. E acrescenta os detalhes sobre o pacote de estímulo de Obama. Mostra ainda a preocupação de alguns e o engajamento de outros.

Nessa primeira parte pode-se observar sentimentos que podem variar de acordo com a posição do leitor em relação às pesquisas. Desse modo, se o leitor for a favor, vai ficar feliz, pois a liberação vai significar o recomeço, o avanço e a possibilidade de mudança na área da saúde. Porém, se o leitor for contra as pesquisas, essa notícia vai gerar uma enorme preocupação e indignação.

A segunda parte começa com o subtítulo “Biomedicina: veto a células-tronco deve cair segunda” e é formada por um único parágrafo sobre a assinatura de Obama numa cerimônia na Casa Branca e sobre o veto dado pelo presidente Bush. Nessa parte há uma comparação implícita entre os dois governos. A figura de Bush aparece como aquele que atrapalhou o avanço do país e a figura de Obama como aquele que vai possibilitar as mudanças necessárias para o crescimento do país.

(Exemplo 14) Análise das reportagens sobre Hillary tentando reiniciar relação com a Rússia publicadas na data de 07.03.09

A problematização no jornal O Globo foi apresentada em duas partes. A primeira inicia-se logo após o subtítulo principal da matéria e abaixo do nome do jornalista responsável. A segunda parte começa após o subtítulo “Do reinício à sobrecarga, num erro de tradução”.

A primeira parte mostra o interesse dos dois países em conviver em harmonia. Porém, o erro de tradução sinaliza que esse convívio harmonioso depende ainda de muita discussão para chegar a um entendimento. Ambos comprometeram-se a completar as negociações concentrando os esforços em interesses comuns e reconhecendo as diferenças de opiniões de maneira franca.

A segunda parte enfatiza o momento do encontro em que o erro de tradução causou um certo desconcerto entre os representantes dos dois países. Entretanto, o diálogo termina de forma bem humorada.

A Folha de São Paulo apresentou a problematização em três partes. A primeira começa logo após o subtítulo “Apesar do clima amistoso do encontro, dois chanceleres deixam claro que persistem divergências, em especial sobre projeto nuclear do Irã”. A primeira parte apresenta o acordo entre EUA e Rússia, as causas da desarmonia entre os países e a prioridade do acordo que será a renovação do acordo de desarmamento nuclear. Mostra ainda detalhes do primeiro encontro que foi marcado por sorrisos e anedotas, mas que não foi capaz de ocultar as divergências entre os países. E fala da gafe de Hillary.

A segunda parte começa após o subtítulo “Irã” e trata da relação entre os países que tornou-se desagradável durante o governo Bush. Mostra que os representantes dos países conversaram muito sobre o Irã que é um assunto que causa divergências entre Washington e Moscou.

A terceira parte começa após o título “contenciosos” e apresenta os temas que opõem as opiniões entre Moscou e Washington: escudo antimísseis, Irã, OTAN, Afeganistão, Geórgia e tratado antimísseis.

Em ambos os jornais a abordagem foi bem parecida. Entretanto, a Folha apresenta mais informações sobre o encontro e sobre as questões que causam divergências entre os dois países o que mostra mais objetividade na construção da reportagem.

(Exemplo 15) Análise das reportagens sobre o aborto de menina estuprada publicadas na data de 06.03.09

No jornal O Globo a problematização é apresentada em três partes. A primeira começa no início do texto, logo abaixo do nome dos repórteres responsáveis. Nessa parte é apresentada a posição do ministro que condenou a decisão da igreja, a posição de médicos e de psicólogos.

A segunda parte é composta de um quadro intitulado “opinião” que fala do respeito que se deve ter a qualquer preceito religioso. E fala da dificuldade de entender a reação violenta da igreja.

A terceira parte tem por título “Crime e demora” e por subtítulo “Pai adotivo engravidou garota de 10 anos”. Essa parte apresenta um outro caso de estupro no qual a menina engravidou e teve que levar a gestação até o final, pois não houve pedido de aborto por parte dos responsáveis. O agressor foi o próprio pai da menina que está em liberdade devido à demora da justiça.

Essas informações criam muita polêmica sobre o caso. E a última parte apresenta um outro caso que faz com que o leitor tenha um sentimento de impunidade associado a indignação já causada pela matéria sobre a excomunhão.

Na Folha a problematização é apresentada também em duas partes. A primeira inicia-se após o subtítulo “Ministro Temporão, da Saúde, classificou a posição de ‘extrema’ e ‘inadequada’; diretor do hospital não quis comentar declarações”. Essa parte trata da excomunhão; mostra que o padrasto confessou ter abusado da menina e da irmã dela que apresenta problemas mentais; apresenta a opinião dos médicos; comenta o risco de vida que a menina corria; apresenta ainda a posição do ministro e sua indignação sobre a posição da igreja.

A segunda parte é composta por uma entrevista que tem como título “Arcebispo não teve pena da criança, afirma médico”. O entrevistado é o médico Rivaldo Mendes de Albuquerque que participou da interrupção da gravidez e é católico praticante.

(Exemplo 16) Análise das reportagens sobre o aborto de menina estuprada publicadas na data de 07.03.09

A problematização no jornal O Globo é composta por quatro partes. A matéria publicada no dia 7 de março é mais extensa do que a publicada no dia anterior. A reportagem cria um efeito de sentido de indignação e incompreensão. A primeira parte começa logo após ser dado o nome da jornalista responsável pela reportagem. Nesse momento, foi apresentada a afirmação feita pelo arcebispo de

que o estupro seria menos grave que o aborto. Novamente a ênfase recai sobre a excomunhão da mãe da menina, dos médicos e de todos os envolvidos no aborto.

A segunda parte começa com o subtítulo “Médico diz que não deixará de ir à missa” e apresenta uma comparação, feita pelo arcebispo, dos números de abortos no mundo com o número de mortos no Holocausto. Mostra a posição do diretor da maternidade Cisam, Sérgio Cabral, que continuará a atender mulheres vítimas de violência sexual. Retrata, ainda, o posicionamento de outro médico envolvido no aborto que já havia sido excomungado antes, mas continuará frequentando a missa.

A terceira parte é um quadro intitulado “Vaticano: ‘Igreja não pode trair sua missão de defender a vida’” e mostra a posição da igreja em relação ao fato.

A quarta parte é composta por outro quadro com a opinião dos leitores. Esse quadro possibilita uma interação entre o jornal, o fato e o leitor. É o jornal cedendo lugar ao leitor. Isso cria um efeito de dialogismo e apresenta um sentimento de liberdade de expressão.

A Folha de São Paulo apresenta a problematização em cinco partes. Se a Folha de São Paulo for comparada com o jornal O Globo, observa-se que a Folha apresenta um detalhamento maior nas informações sobre o caso, mostrando objetividade na transmissão da reportagem. A primeira parte começa com o subtítulo “Ele afirmou que Lula é um católico ‘mais ou menos’ por ter criticado a decisão de excomungar mãe e médicos responsáveis pelo aborto”. Nessa parte, o arcebispo faz afirmações sobre a posição de Lula em condenar a decisão da igreja. Para o arcebispo, o católico deve aceitar plenamente a lei da igreja. O arcebispo diz ainda que o padrasto da menina não foi excomungado.

A segunda parte é formada por um quadro que destaca o que Lula disse.

A terceira parte é formada por outro quadro que destaca o que o arcebispo disse.

A quarta parte é formada por uma série de manchetes no mundo inteiro sobre o caso cujo objetivo é mostrar a repercussão do caso na imprensa internacional.

A quinta parte começa com o subtítulo “Em nota, CNBB diz que estupro foi ‘ato insano’, mas não comenta excomunhão” e mostra a opinião da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

(Exemplo 17) Análise das reportagens sobre o Sudão publicadas na data de 07.03.09

A problematização no jornal O Globo é composta por duas partes. A primeira começa no início da reportagem. A segunda começa com o subtítulo “Irã, Síria e Hamas apóiam o presidente Bashir”.

A primeira parte apresenta a investigação sobre a expulsão de 13 agências de auxílio humanitário do Sudão que pode ser considerada como crime de guerra. E a segunda apresenta o desdobramento e desenvolvimento do que foi dito na primeira parte.

Na Folha de São Paulo a problematização também é feita em duas partes, porém o foco jornalístico é um pouco diferente. A primeira parte começa após o subtítulo “Países africanos e islâmicos querem o adiamento do processo; embora rejeitem o TPI, Estados Unidos lideram ocidentais contra o Sudão”. A ênfase está na prisão do ditador do Sudão.

A segunda parte inicia-se com o subtítulo “Tragédia anunciada” e fala sobre a expulsão das ONGs e amplia a informação sobre o mandado de prisão contra o ditador.

(Exemplo 18) Análise das reportagens sobre a queda da produção industrial publicadas na data de 07.03.09

No jornal O Globo, a problematização é feita em três partes. A primeira começa no início da reportagem e apresenta os dados da economia que mostram

a queda na indústria e mostra também diversos comentários sobre o que os dados apresentados representam.

A segunda parte começa após o subtítulo “Setor automotivo puxou taxa positiva”. Nesse momento é dada ênfase a uma área econômica que cresceu em meio a crise. Além de fazer um contraponto, essa informação cria um sentimento de esperança no leitor.

A terceira parte é composta por um quadro e inicia-se logo após o subtítulo “Mercado reage mal e fala em PIB negativo” que mostra a queda da bolsa de valores e suas implicações. Cria-se então um sentimento de preocupação.

A Folha de São Paulo também apresenta a problematização em três partes. A primeira começa com o subtítulo “Redução de IPI para veículos traz alívio temporário, mas queda na produção se dissemina por quase todos os setores da indústria” e apresenta, de forma muito semelhante ao jornal O Globo, os dados sobre a queda na economia industrial.

A segunda parte começa após o subtítulo “Forte queda eleva aposta em corte maior nos juros” que é uma continuação da primeira parte. Essa parte explica e desenvolve os dados apresentados na primeira parte.

A terceira parte tem por subtítulo “Recuperação” e mostra a opinião de especialistas que apontam para a recuperação da indústria.

Ambos os jornais criam um sentimento de preocupação e de esperança em relação a crise na indústria.

(Exemplo 19) Análise das reportagens sobre a boa salada de Lula publicadas na data de 06.03.09

A problematização no jornal O Globo é composta por três partes. A primeira começa logo após os nomes dos jornalistas responsáveis pela matéria. A segunda começa com o subtítulo “Poder no Senado preocupa a Planalto” e a terceira é composta por um quadro de opinião com o título de “Radicalismo”.

A primeira parte apresenta a justificativa de Lula sobre a eleição de Collor para a presidência da Comissão de Infraestrutura do Senado como parte do acordo partidário feito para a eleição de José Sarney presidente da casa.

A segunda parte fala sobre a briga entre o PMDB e o PT e da preocupação do planalto.

A terceira parte faz um comentário sobre a reação irritada do senador Aloizio Mercadante do PT de São Paulo.

A Folha apresenta a problematização em duas partes. A primeira inicia-se com o subtítulo “Segundo Lula, indicação de petebista para comandar comissão estava dentro do acordo que elegeu Sarney presidente do senado”. Nessa parte são apresentadas as afirmações do presidente Lula.

A segunda parte inicia-se com o subtítulo “Pac” e mostra que o interesse do PT na Comissão de Infraestrutura deve-se ao fato de que esta é responsável por fiscalizar as obras do Pac.

(Exemplo 20) Análise das reportagens sobre a AIG publicadas na data de 02.03.09

A problematização no jornal O Globo é composta por duas partes. A primeira logo no início da reportagem. E a segunda com o subtítulo “HSBC reduzirá concessão de crédito nos EUA”.

A primeira parte apresenta a informação de que a AIG irá receber 30 bilhões. Mostra algumas características da AIG e fala que ela utilizará o dinheiro para o pagamento de dívidas.

A segunda parte mostra que o banco pretende reduzir suas operações de crédito nos EUA e fechar agências.

O sentimento que se percebe é acima de tudo a preocupação.

Na Folha de São Paulo a problematização é feita em quatro partes. Isso mostra mais detalhamento e conseqüentemente mais objetividade. A primeira parte começa com o subtítulo “Casa Branca já havia colocado US\$ 150 bi na empresa em troca de uma participação acionária de 80%; tentativa de resgate

será quarta”. Nessa parte é dada a informação sobre o acordo para o recebimento do dinheiro.

A segunda parte inicia-se com o subtítulo “Subsidiárias” e fala do resultado do acordo em relação ao controle das subsidiárias.

A terceira parte tem por subtítulo “Papéis exóticos” e fala da entrada da AIG em investimentos como, por exemplo, uma espécie de segura para perdas em investimentos que não deram certo.

A quarta parte inicia-se com o subtítulo “HSBC poderá fechar 800 agências” e fala da crise do maior banco em valor de mercado da Europa.

Em ambos os jornais o sentimento de preocupação torna-se evidente. Na Folha esse sentimento é intensificado pelos dados apresentados.

6.1.3. A visualização

(Exemplo 21) Análise das reportagens sobre o desemprego nos EUA publicadas na data de 07.03.09

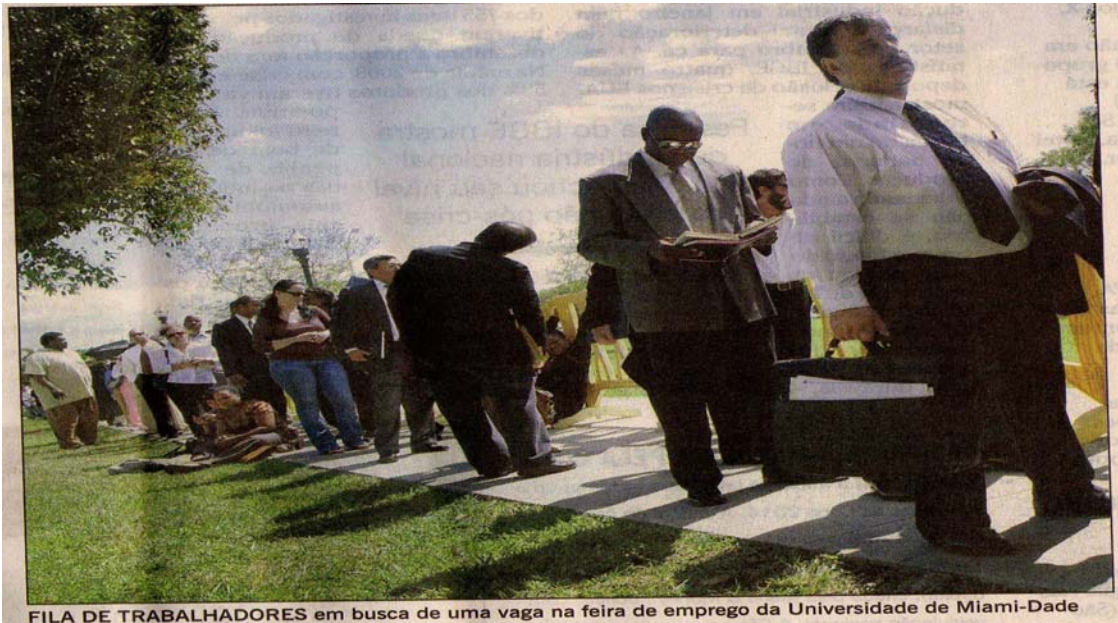


Ilustração 21 - O Globo

Quanto à visualização, em ambos os jornais aparecem imagens ilustrando as reportagens. No jornal O Globo, pode-se observar a figura de uma fila de trabalhadores em busca de uma vaga na feira de emprego da Universidade de Miami-Dade. A imagem mostra os trabalhadores debaixo do sol, alguns sentados no chão, já cansados pela espera, em uma fila interminável. Em geral, os trabalhadores apresentam boa aparência e os primeiros da fila estão de terno e gravata, portando pasta com papéis e livros, o que pode representar que as pessoas que estão desempregadas são capacitadas para o mercado de trabalho.



Trabalhadores formam fila em feira que oferece oportunidades de vagas em Miami; cresce a procura por tais eventos nos EUA, que perderam 2,6 milhões de empregos desde novembro

Ilustração 22 - Folha de São Paulo

A Folha de São Paulo mostra essa mesma fila, mas de um ângulo diferente, mais ampliado o que resulta no enquadramento de uma grande árvore quase sem folhas que pode representar a crise. Por entre os galhos da árvore, pode ser visto um raio de sol e uma luminosidade grande que simboliza a esperança. Além dessa imagem, a Folha também mostra gráficos estatísticos que podem funcionar como prova daquilo que esta sendo noticiado, como a maior taxa de desemprego desde 1983.

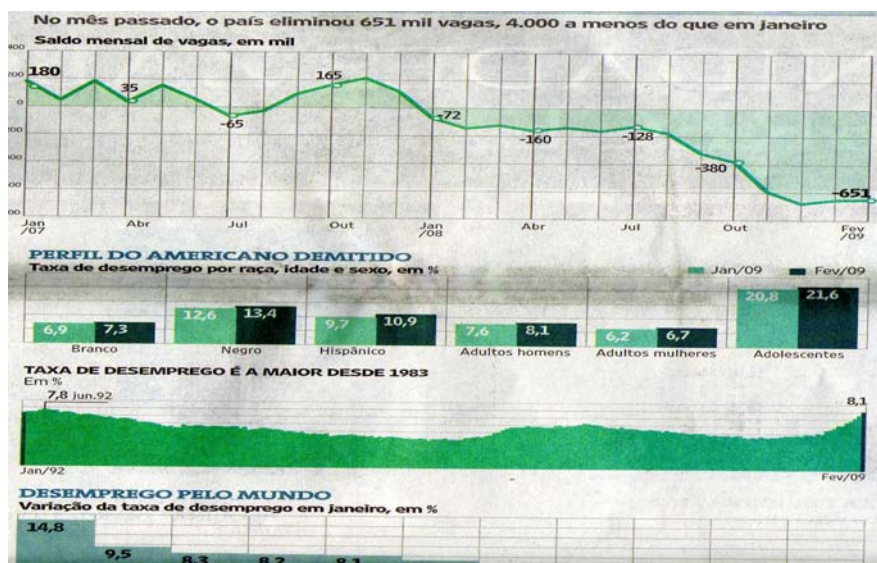


Ilustração 23 - Folha de São Paulo

Com essa escolha ilustrativa, o jornal consegue maior credibilidade. Pois cada dado representa a prova do que está sendo noticiado de maneira objetiva.

(Exemplo 22) Análise das reportagens sobre o roubo de armas de centro de tiro em São Paulo publicadas na data de 07.03.09

No jornal O Globo, aparece uma foto dos policiais no local roubado. Isso mostra de certa forma que os policiais foram coniventes com o roubo, pois se há tanto policiamento no local como os ladrões puderam invadir e sair de lá carregando tantas armas, sem serem vistos.



Ilustração 24 – O Globo

Por outro lado, no jornal Folha de São Paulo, aparecem três imagens: a de dois guardas, o mapa do local e as armas.

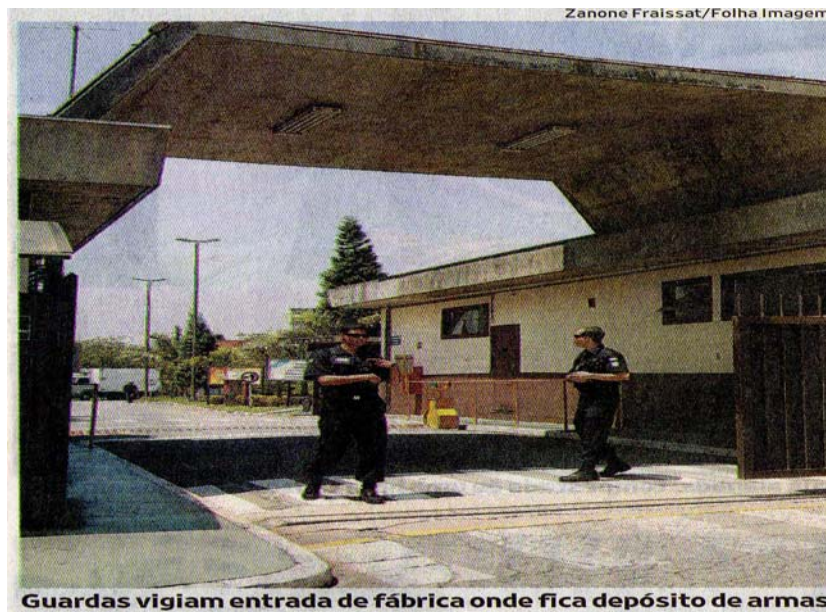


Ilustração 25 – Folha de São Paulo

Pode-se observar que na foto da Folha os guardas aparecem em menor quantidade e aparentam estarem distraídos no local roubado.

Na ilustração abaixo, o mapa do local, pode-se observar uma preocupação do jornal em mostrar detalhes sobre a localização do local onde ocorreu o roubo dentro de uma área supostamente vigiada.



Ilustração 26 – Folha de São Paulo - O mapa do local



Ilustração 27 – Folha de São Paulo

O quadro descritivo do produto do roubo é bem explicativo, determinando a quantidade e as características de cada arma. Isso mostra que o jornal O Globo generalizou a informação caracterizando as carabinas como se fossem fuzis. Desse modo, a Folha consegue, mesmo de forma não intencional, desqualificar a informação publicada no jornal O Globo, fornecendo mais detalhes do produto do roubo, o que indica uma maior objetividade da informação.

(Exemplo 23) Análise das reportagens sobre as pesquisas com célula-tronco publicadas na data de 07.03.09

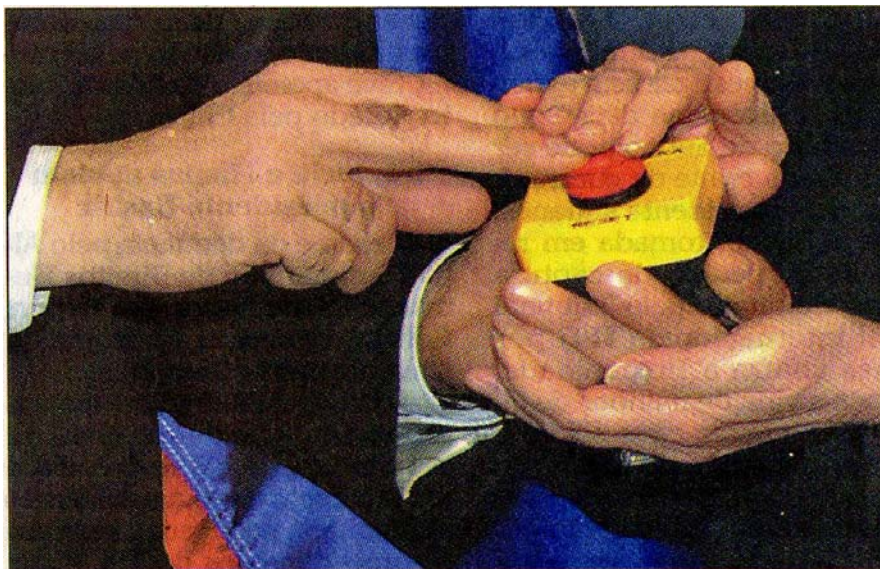
No jornal O Globo não houve a presença de imagens. Por outro lado, na Folha de São Paulo aparece uma foto do presidente Obama muito sorridente com a bandeira dos EUA como fundo e, ao lado da imagem dele, foi sobreposto à bandeira um gráfico com a distribuição da verba do pacote científico como sinal e prova do avanço da ciência.



Ilustração 28 – Folha de São Paulo

Essa foto mostra o otimismo do presidente diante da crise. É a prova de que para ele a solução virá através das pesquisas científicas. O gráfico mostra o grande investimento nessas áreas. A foto cria um sentimento de superação e de esperança. Ao fundo pode-se perceber a bandeira dos EUA. O efeito de sentido criado é de que tudo está sob controle e a situação econômica do país irá melhorar após as medidas do presidente. A postura de Obama demonstra ainda confiança, tranquilidade e segurança.

(Exemplo 24) Análise das reportagens sobre Hillary tentando reiniciar relação com a Rússia publicadas na data de 07.03.09



AS MÃOS de Lavrov e Hillary apertam o botão para reiniciar a relação

Ilustração 29 - O Globo

A imagem do jornal O Globo coloca em foco apenas as mãos de Hillary e de Lavrov unidas para apertar o botão que significa o acordo entre as duas nações representadas. Nessa imagem, o importante é o símbolo que ela representa.

A Folha de São Paulo apresenta para essa reportagem duas imagens distintas. Na primeira aparece em primeiro plano a figura de Hillary e Lavrov muito sorridentes, com aparência amistosa, segurando o símbolo do acordo. Em segundo plano aparecem as bandeiras dos dois países. Nessa imagem, a ênfase recai sobre os dois representantes políticos. É mais significativo o comportamento dos acordantes do que o símbolo desse acordo. Na segunda imagem, aparece o botão símbolo do acordo com a palavra 'reiniciar' nos dois idiomas. Essa imagem aponta o erro de tradução por parte dos norte-americanos, evidenciando a gafe provocada por Hillary. Desse modo, a imagem dos dois jornais focalizam pontos distintos que influenciam na construção de sentido do texto. De um lado, no jornal O Globo, o leitor tem uma visão direcionada para o símbolo, o que faz com que ele

seja o mais importante, metonimicamente representando o acordo. Por outro lado, na Folha de São Paulo, o leitor tem uma visão ampla da cena, o que faz com que ele perceba vários pontos importantes na situação.



Ilustração 30 – Folha de São Paulo

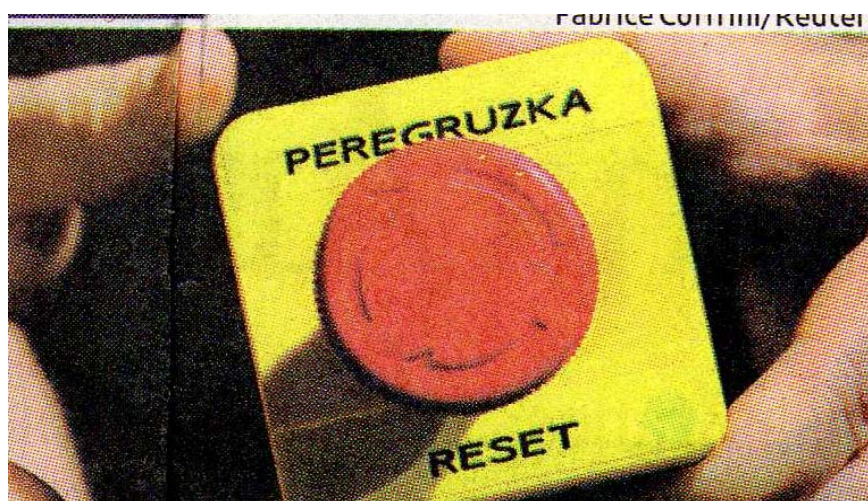


Ilustração 31 – Folha de São Paulo

(Exemplo 25) Análise das reportagens sobre o aborto de menina estuprada publicadas na data de 06.03.09



FÁTIMA MAIA, diretora do Cisam: sem arrependimento

Ilustração 32 – O Globo



DOM José Cardoso Sobrinho: médicos excomungados

Ilustração 33 - O Globo

Nas imagens publicadas pelo jornal O Globo, observa-se a figura da diretora do Cisam e a figura de Dom José. As fotos foram publicadas lado a lado para evidenciar que eles estão em lados opostos em relação ao aborto. Ela aparece com um semblante seguro, como se estivesse tranquila em relação à sua

posição e a legenda afirma que a diretora não se arrepende. Porém, Dom José aparece como se estivesse lendo algo no momento da foto. Talvez para comprovar o seu ponto de vista ou reforçar a excomunhão dos médicos.



O arcebispo d. José Cardoso Sobrinho; arquidiocese ameaçou ir ao Ministério Público para impedir aborto

Ilustração 34 - Folha de São Paulo

Na Folha de São Paulo aparece uma única imagem, a de Dom José, em posição de alguém que está dando uma ordem ou advertência ou até mesmo argumentando, exigindo respeito. Isto pode ser observado pela posição das mãos e pelo olhar.

(Exemplo 26) Análise das reportagens sobre o aborto de menina estuprada publicadas na data de 07.03.09

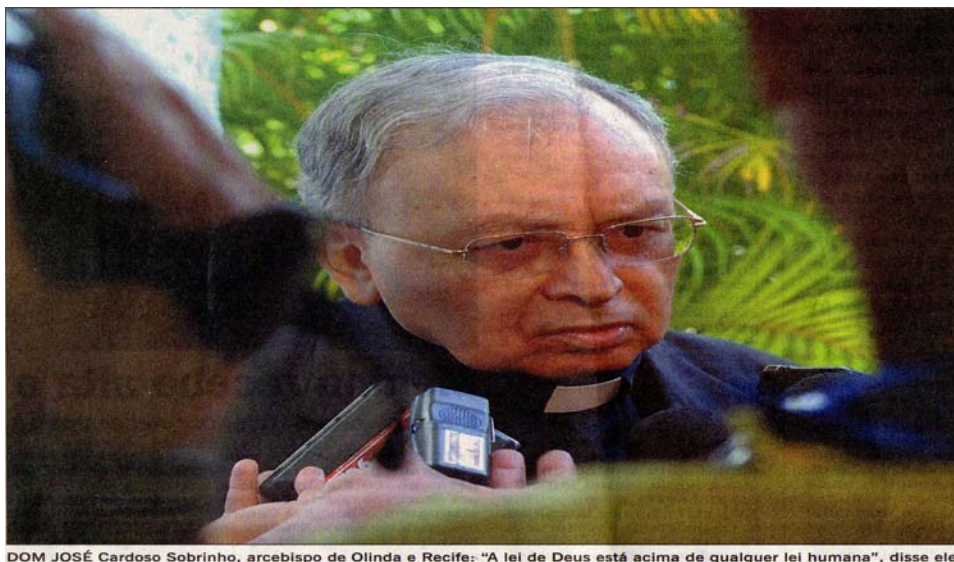


Ilustração 35 - O Globo

A reportagem do jornal O Globo publicou apenas uma foto de Dom José cercado por jornalistas e mostrando um semblante nada contente. A aparência é de alguém que se sente incomodado com a situação de estar exposto a tantos jornalistas em meio a polêmica que foi instaurada.

A seguir, nas imagens publicadas na Folha de São Paulo, pode-se observar três imagens distintas: a primeira do presidente Lula, a segunda de Dom José e a terceira da menina estuprada, conduzida por um adulto.

As imagens de Lula e Dom José aparecem em lados opostos na disposição do texto da reportagem. A imagem enfatiza a crítica que Lula fez a Dom José. Na própria imagem parece que Lula está olhando na direção de Dom José com um olhar irônico. Por sua vez, a imagem de Dom José mostra-o sério, mas como quem está olhando para o outro lado, que não seria a direção do presidente. Essa imagem cria um efeito de sentido que faz parecer que Dom José não se importa com as críticas feitas pelo presidente.

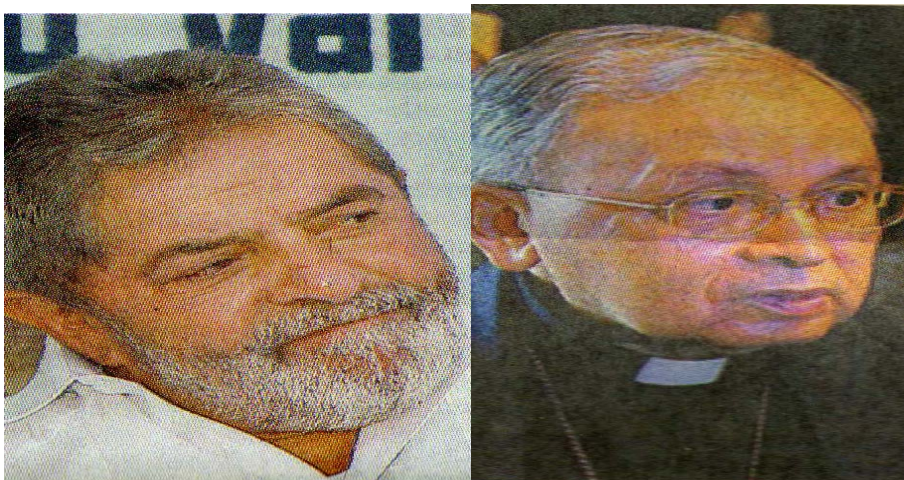


Ilustração 36 – Folha de São Paulo



Ilustração 37 – Folha de São Paulo

A Folha de São Paulo, além de mostrar as divergências entre governo e igreja, mostra a foto da menina estuprada. Essa imagem evidencia como a menina é magra e indefesa. O contraste entre a imagem da criança e da pessoa adulta que a conduz é enorme. A escolha das três fotos publicadas em sequência faz com que o leitor pense na menina que é a vítima real de toda a violência do estupro e não na polêmica sobre quem estaria certo ou errado na conduta do caso.

(Exemplo 27) Análise das reportagens sobre o Sudão publicadas na data de 07.03.09



Ilustração 38 - O Globo

A Folha de São Paulo não apresentou imagem na reportagem sobre o Sudão. O jornal O Globo apresentou uma foto dos presidentes do Irã e do Sudão cumprimentando-se para mostrar apoio entre os países.

(Exemplo 28) Análise das reportagens sobre a queda da produção industrial publicadas na data de 07.03.09



Ilustração 39 - O Globo

A imagem do jornal O Globo é muito grande em relação ao texto e apresenta a cor vermelha que é considerada sinônimo de crise. Por exemplo, o jargão “estou no vermelho” significa que a pessoa não tem mais dinheiro. Outro fator importante pode ser observado em relação aos indicadores negativos, pois todos estão em amarelo, ou seja, são pontos que precisam de maior atenção.

Nessa reportagem foram utilizados gráficos e dados para reforçar a idéia de crise. Além da imagem de operários e máquinas industriais na cor vermelha.



Ilustração 40 – Folha de São Paulo



Ilustração 41 – Folha de São Paulo

Na Folha de São Paulo também aparecem dados e gráficos. Entretanto, sem a tonalidade vermelha apresentada com tanta veemência pelo jornal O Globo.

A Folha mostra os setores que estiveram em queda e de quanto foi essa queda e mostra a variação mensal que comprova as diferenças em relação ao ano anterior.

Pelo conjunto das imagens parece que a Folha de São Paulo preferiu mostrar de forma mais analítica os fatores da crise, enquanto o jornal O Globo preferiu evidenciar o fato de se estar em crise como sendo o tópico mais importante. A objetividade, por parte do jornal O Globo, no entanto, foi construída pela apresentação dos gráficos e dados sobre a crise.

(Exemplo 29) Análise das reportagens sobre a boa salada de Lula publicadas na data de 06.03.09

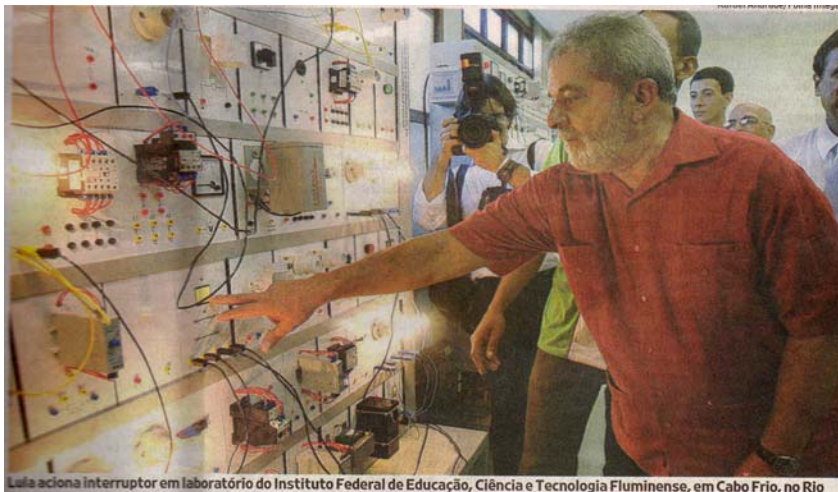


Ilustração 42 - O Globo

A imagem publicada pelo jornal O Globo mostra a imagem do presidente Lula abraçando o ministro José Múcio, articulador político do governo, segundo nota abaixo da foto, que aponta também para os elogios de Lula feitos a Fernando Collor, a quem chamou de homem experiente. A imagem evidencia os acordos escusos que se tornam comuns no meio político.

A imagem publicada na Folha de São Paulo mostra outra imagem do presidente Lula visitando o laboratório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, um enfoque, portanto, diferente.

Observa-se, então, que o Globo, focaliza o comportamento presidencial como um fato negativo. Porém, na Folha, observa-se o lado positivo da visita presidencial, já que a foto está desvinculada de qualquer interesse político obscuro.



Lula aciona interruptor em laboratório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, em Cabo Frio, no Rio

Ilustração 43 - Folha de São Paulo

(Exemplo 30) Análise das reportagens sobre a AIG publicadas na data de 02.03.09



Ilustração 44 - Folha de São Paulo

O jornal O Globo não apresentou imagem na reportagem sobre a AIG. A Folha de São Paulo mostra uma imagem de um segurança correndo em frente a entrada do prédio da AIG. Essa imagem mostra uma certa insegurança diante da situação de crise mesmo com o apoio financeiro.

6.2. Procedimentos lingüísticos e discursivos

6.2.1. Procedimentos para nomear

Os procedimentos lingüísticos e discursivos para nomear e qualificar são elementos do modo de organização do discurso descritivo segundo a classificação proposta por Charaudeau (2009) e pode distinguir e caracterizar os estilos dos textos.

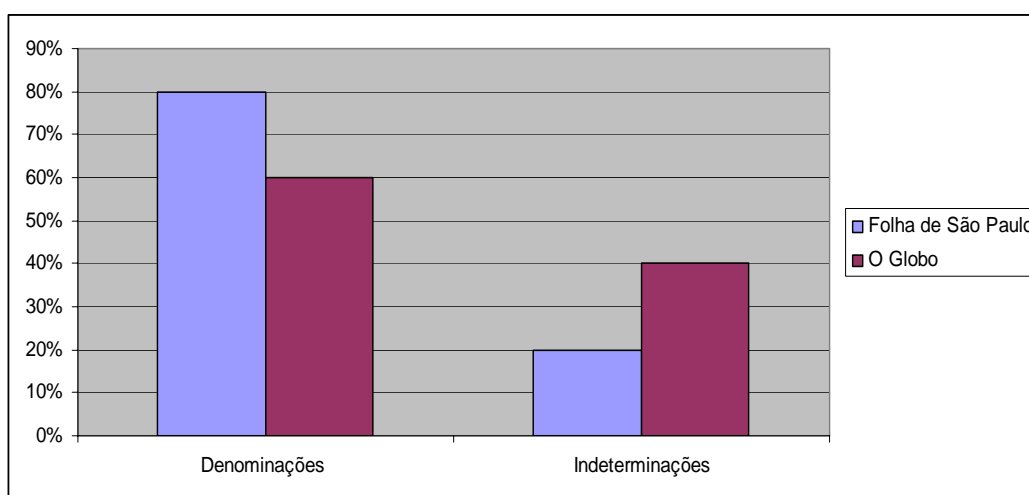


Gráfico 1 – Percentual de denominações e indeterminações

(Exemplo 31) “Ele [Obama] está comprometido com a meta de investir seu dinheiro em suas idéias – ou de investir nosso dinheiro em suas idéias”, diz Lesley Stone, da ONG Cientistas e Engenheiros pela América. [Obama libera verba recorde para ciência, Folha de S.Paulo, 07/03/2009]

(Exemplo 32) “As 21 linhagens de células com as quais os cientistas podiam trabalhar no governo Bush já são bem pouco representativas do que está sendo feito hoje, segundo especialistas.” [Obama porá fim na segunda-feira a restrições a célula-tronco de embrião, O Globo, 07/03/2009]

O emprego frequente de denominações, tanto no jornal O Globo quanto na Folha de São Paulo, indica que o uso dessa categoria é comum aos dois veículos de comunicação, já que os índices percentuais desse processo estão acima de 50%. O Globo apresenta 60% e a Folha apresenta 80% em um total de 59 dados. Como a notícia tem por objetivo expor os acontecimentos da forma mais clara e

objetiva possível, é produtiva a utilização de denominações. Entretanto, o jornal Folha de São Paulo apresenta um percentual de uso de denominações 20% maior que o jornal O Globo o que indica maior preocupação por parte da Folha em informar de forma objetiva, com maior especificação dos dados.

O número de indeterminações mostra uma diferença mais acentuada entre os dois jornais analisados (O Globo – 40% e Folha 20% em 59 dados). O jornal O Globo utiliza o dobro do percentual de indeterminações em relação ao percentual da Folha de São Paulo. O uso constante de indeterminações confere maior subjetividade aos textos das reportagens veiculadas pelo jornal O Globo.

6.2.2. Procedimentos para qualificar

Para a análise do uso de acumulação de detalhes e de precisões foram considerados o número de gráficos, o número de dados estatísticos e o uso de analogia.

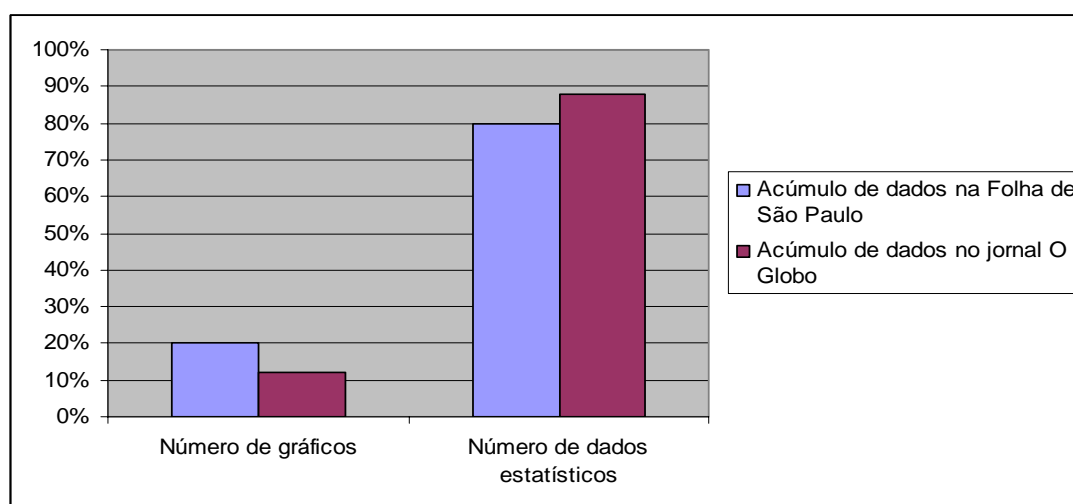


Gráfico 2 – Percentual de acúmulo de detalhes e de precisões

(Exemplo 33) “O perfil dos demitidos é desigual. Negros estão com taxa de desemprego de 13,4%; hispânicos, 10,9%; brancos, 7,3%; e asiáticos, 6,9%. Em termos de grau de instrução, quem tem ao menos diploma universitário

está em melhor situação, com 4,1% de desemprego em fevereiro, contra 8,3% para trabalhadores com segundo grau e 12,6% para os que não completaram a educação secundária.” [Desemprego nos EUA é o maior em 25 anos, Folha de S.Paulo, 07/03/2009]

(Exemplo 34) “Analistas esperavam corte de 648 mil vagas e que o índice avançasse dos 7,6% de janeiro para 7,9%. “[Desemprego nos EUA é o maior em 25 anos, O Globo, 07/03/2009

O total de ocorrências de dados e gráficos entre o jornal O Globo e a Folha de São Paulo foi de 65 ocorrências sendo 62% na Folha e 38% no jornal O Globo o que mostra um uso maior de dados estatísticos e de utilização de gráficos pelo jornal a Folha em relação ao mesmo uso feito pelo jornal O Globo. Desses 62% de detalhes utilizados pela Folha 20% são gráficos e 80% são dados estatísticos como mostra o gráfico anterior. No jornal O Globo, desses 38% de detalhes, 12% são gráficos e 88% são dados estatísticos. Pode-se observar em ambos os jornais uma preferência por utilizar mais dados estatísticos isolados do que por utilizar gráficos. A maior produtividade de acumulação de detalhes e precisões da Folha (62%) mostra uma preocupação por parte do jornal em comprovar aquilo que está sendo veiculado em suas reportagens.

Analogia

(Exemplo 35) “Analistas, porém, afirmam que a hemorragia empregatícia atual terá efeitos permanentes na economia.” [Desemprego nos EUA é o maior em 25 anos, Folha de S.Paulo, 07/03/2009]

(Exemplo 36) “-A dramática hemorragia dos empregos significa que estamos nisso a longo prazo – disse Heidi Shierholz, do Economic Policy Institute, à CNN.” [Desemprego nos EUA é o maior em 25 anos, O Globo, 07/03/2009]

Quanto ao uso de analogias, é importante salientar que a interpretação das metáforas ou metonímias depende da situação comunicativa e do contrato de comunicação envolvidos. Talvez por isso, no caso de um gênero mais informativo, como no caso de notícias e reportagens, elas tenham sido pouco utilizadas. Os dois jornais optaram por dados mais concretos e a metáfora apresenta sempre um

caráter subjetivo. A metáfora da hemorragia empregatícia aparece em ambos os jornais para apontar para a dificuldade em solucionar o problema da crise econômica nos EUA. Desse modo, caso não seja tratada a tempo, a economia fatalmente morrerá.

6.2.3. Verbos de dizer

Os verbos de dizer encontrados nas reportagens não mostraram um teor descritivo como esperado nas hipóteses iniciais. A grande maioria desses verbos eram verbos com valor neutro como, por exemplo, disse, falou, afirmou entre outros semelhantes. Apenas em algumas reportagens com tema polêmico foi possível observar verbos como defendeu e condenou.

Foi possível confirmar a maioria das hipóteses exceto a que se refere à função dos verbos *dicendi* como elementos descritivos capazes de diferenciar os estilos dos jornais analisados. Comprovou-se que os espaços de patemização e os procedimentos linguísticos e discursivos para nomear e qualificar são elementos que podem distinguir os estilos de cada um dos jornais, assumindo, desse modo, função descritiva em textos narrativos.

7. CONCLUSÃO

A pesquisa realizada observou os espaços de patemização em reportagens que podem apresentar como uma de suas funções a descrição. Partiu-se da hipótese de que os espaços de patemização como a tematização, a problematização e a visualização, em reportagens, podem criar efeitos emocionais que são capazes de diferenciar o tipo de caracterização que cada jornal atribui a sua notícia.

A pesquisa utilizou uma abordagem semiolinguística, isto é, feita a partir da relação forma/sentido, em que a presença de elementos gramaticais é considerada em uma perspectiva semântico-discursiva. A metodologia empregada foi a comparação dos fenômenos observados em uma mesma notícia publicada nos dois jornais. Os resultados deste estudo indicam que há diferenças entre o modo como os jornais expressam as emoções em suas notícias, considerando-se as diferentes formas de expressar o mesmo tema. Essas escolhas do enunciador são responsáveis pela caracterização de cada jornal.

Por intermédio da análise feita, verifica-se que o jornal O Globo tende a apresentar a maioria de suas notícias de forma mais engajada com as expectativas de seus leitores. A voz que predomina na reportagem é a do próprio jornal que aparece de uma forma implícita, como se fosse a voz da sociedade ou uma voz geral. Essa estratégia cria um efeito de sentido que faz com que a posição do jornal pareça uma 'verdade' compartilhada por todos. Por outro lado, a Folha tende a parecer mais objetiva, pois apresenta diferentes vozes de emissores, devidamente identificadas por nome, sobrenome e cargos que ocupam ou representam, o que gera um efeito de autoridade e credibilidade para essas mesmas vozes. Nesse caso, a voz do jornal aparece de forma sutil como se fosse decorrente dos relatos ou fatos.

Desse modo, pode-se perceber que a mesma notícia pode ser apresentada de formas diferentes e resultar em efeitos emocionais distintos, de acordo com as opções linguísticas e discursivas que cada jornal apresenta, confirmando-se a hipótese inicial de que um elemento do texto, que a princípio não possui função

descritiva, pode assumir essa função quando inserido em um texto predominantemente narrativo caracterizando, portanto, diferentes estilos.

Destaca-se a importância desse tipo de análise para os estudos do texto visto que a abordagem da Semiologia que embasa a pesquisa, hoje, realiza, no campo dos estudos do discurso, um trabalho com a linguagem que envolve a decodificação dos elementos linguísticos – pois é de língua que se constituem os textos – e uma semântica do discurso, extraindo dados da situação comunicativa e do ‘contrato’ comunicativo válido para o gênero textual analisado.

Propõe-se a continuidade da pesquisa. Por fim, espera-se que a pesquisa possa oferecer contribuições para o ensino de Língua Portuguesa, principalmente, nas áreas referentes aos processos de interpretação e produção textual, uma vez que é possível ensinar a eles que as formas da língua têm a função de criar o mundo discursivamente, servem para dizer as coisas de um determinado modo e que apreender essas diferenças torna-os leitores mais críticos e produtores de textos mais eficientes.

8. REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Antônio Suárez. *Curso de redação*. São Paulo: Ática, 2005.

ARAUJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola editorial, 2004, p. 99-123.

ARMENGAUD, Françoise. *A pragmática*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. (VOLOSHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995, cap V e VI.

_____. O problema do texto na lingüística, na filologia e em outras ciências humanas. In: *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.307-337.

_____. Língua, fala e enunciação / A interação verbal. In: _____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1981.

BENVENISTE, Émile. Aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BERNARDO, Gustavo. *Redação inquieta*. 4ed. São Paulo: Globo, 1991.

_____. *Educação pelo argumento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

BRAIT, Beth. Análise do discurso e argumentação: o exemplo da ironia. In: *Fundamentos e dimensões da análise do discurso*. MACHADO, Ida Lúcia (Org.) Belo Horizonte: Carol borges Editora, 1999, p. 335-346.

CARNEIRO, Agostinho Dias. (Org.). *O discurso da mídia*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 5-70. (Série Investigações Lingüísticas).

CHARAUDEAU, Patrick. Uma análise semiolingüística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A.; GAVASSI, S. C. (Orgs.). *Da Língua ao Discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005, p. 11-27.

_____. *Linguagem e discurso*. Modos de organização. Trad. E adaptação grupo NAD-UFMG e CIAD-Rio. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Discurso das mídias*. Tradução Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

_____ & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. da tradução Fabiana Komesu. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

COIMBRA, Oswaldo. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática, 2004.

CONDÉ, Mauro Lúcio. *Wittgenstein: linguagem e mundo*. São Paulo: Annabume, 1998, cap.IV.

DISCINI, Norma. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia, literatura*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem e diálogo: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criar, 2003, cap. II.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2008.

_____ & SAVIOLI, Francisco Platão. *Para entender o texto*. São Paulo: Ática, 2005.

FREITAS, Maria Teresa. Nos textos de Bakhtin e Vygotsky: um encontro possível. In: *Bakhtin, dialogismo e construção de sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997, p.311-329.

GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

GUIMARÃES, Eduardo. *Texto & Argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP: Pontes, 4ª ed. Revista e ampliada, 2007.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, Wanderlei. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1995. (Série Princípios)

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os atos de linguagem no discurso*. Tradução de Fernando Afonso de Almeida e Irene Ernest Dias. Niterói: EdUFF, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. *Argumentação e linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

KOTSCHO, Ricardo. *A prática da reportagem*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 6ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

_____. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LYONS, John. *Linguagem e lingüística: uma introdução*. Tradução Marilda Winkler Averbug & Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MACHADO, Ida Lúcia; MENEZES, William; MENDES, Emília. (orgs). *As emoções no discurso*, v.1. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MACHADO, Irene. "Gêneros discursivos" In: BRAIT, Beth (org). *Bakhtin conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005, p.151-165.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em Análise do Discurso*. 2ª .ed. Tradução Freda Indursky. São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo, Cortez, 2000.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Notícia: um produto à venda*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

MORENO, Arley. *WITTGENSTEIN, os labirintos da linguagem: ensaio introdutório*. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 2000, p.54-61 (coleção logos).

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino; GAVAZZI, Sigrid. *Texto e Discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

TODOROV, Tzvetan. Enunciação. In: DUCROT, O. & TODOROV, T. *Dicionário enciclopédico das ciências da linguagem*. São Paulo: Perspectivas, 1977.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)